



TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 23

Sessão Ordinária

22 de Dezembro de 2017

APROVADA POR MAIORIA

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26/02/2018.

-----Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- 11** Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 11 de setembro de 2017 e da 1.º sessão ordinária de 21 de outubro de 2017;-----
- 12** Informação de Correspondência;-----
- 13** Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 - **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

- **PONTO 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
- **PONTO 2** - Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018;-----
- **PONTO 2.1** - Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para o ano económico de 2018;-----
- **PONTO 3** - Mapa de Pessoal para 2018;-----
- **PONTO 4** - Derrama - Taxa a aplicar em 2018;-----
- **PONTO 5** - Participação variável no IRS para 2018;-----
- **PONTO 6** - Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxa a aplicar em 2018;-----
- **PONTO 7** - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem - Percentual a aplicar em 2018;-----
- **PONTO 8** - Relatório do Estado do Ordenamento do Território - REOT;-----
- **PONTO 9** - Proposta de Desistência da Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Rural;-----
- **PONTO 10** - Ratificação da indicação do membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Revisão do PDM e indicação do seu substituto - Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----
- **PONTO 11** - Autorização para contratação de empréstimo a curto prazo;-----
- **PONTO 12** - Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização da "Nordareias, Lda.";-----
- **PONTO 13** - Transferência para a União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----
- **PONTO 14** - Adesão ao Pacto Autarcas;-----
- **PONTO 15** - Moção - Regularização extraordinária das Atividades Económicas - RARAE.-----
- **PONTO 16** - Regimento da Assembleia Municipal;-----
- **PONTO 17** - Eleição do representante das Juntas de Freguesia como Delegado ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (artigo 6.º do EANMP);-----

Handwritten signature and initials

- **PONTO 18** - Eleição do representante dos Presidentes de Junta ao Conselho Municipal de Educação (alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15.01);-----
- **PONTO 19** - Eleição de um Autarca da Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal (alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18.08);-----
- **PONTO 20** - Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (alínea b), do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14.01);-----
- **PONTO 21** - Eleição de dois representantes para integrar a Assembleia Intermunicipal do Douro (alínea a) do n.º 1 do artigo 83.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09);-----
- **PONTO 22** - Eleição de representantes para o Conselho Municipal de Segurança: quatro representantes dos grupos das Freguesias e sete cidadãos de reconhecida idoneidade;-----
- **PONTO 23** - Eleição de um representante de cada partido representado na Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude (artigo 4.º da Lei n.º 8/2009, de 18.2); -----
- **PONTO 24** - Eleição de um representante do Município no Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) (alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22.02).-----

3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

M. A.
Pedro

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais:-----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----João Augusto Leal Leonardo;-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----Manuel José Dinis;-----

-----Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais;-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda – Freguesia de Horta da Vilarça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Maria Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vitor Manuel Amaro Vieiro - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

-----António Eduardo Teixeira de Carvalho;-----

-----João Miguel Pinto Pavão;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

-----Verificou-se a presença de **vinte e seis** membros dos vinte e oito que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----**Constituíram a Mesa:**-----

-----Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro – 2.ª Secretária.-----

-----Faltas: Faltaram as seguintes deputadas:-----

- Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis (PS) que justificou a falta dentro do prazo legal;-----
- Solange Marina Lapa dos Reis (PS) que não justificou a falta; -----

----- A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira, a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Leonardo Teixeira Calheiros e Meneses e o Chefe da Unidade Orgânica Administrativa Geral, Manuel Fernando Camisa. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----O Sr. Presidente de Mesa verificada a existência de quórum declarou aberta a reunião eram 9:30 horas.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, dar início à reunião. No primeiro ponto, deu entrada na Mesa um voto de louvor, que é o seguinte: -----

-----**Voto de Louvor**-----

“Vem pelo presente a Bancada do PPD/PSD e do CDS-PP propor um voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo pelo desempenho, pela coragem, pelo humanismo, pela luta constante demonstrada, quer no combate aos incêndios, quer no apoio à saúde de todos os munícipes do Concelho de Moncorvo. Um bem-haja a todos os bombeiros e elementos da Direção.”. -----

Vamos, então, proceder à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por unanimidade, aprovar** o voto de louvor. -----

----- **1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 11 de setembro de 2017 e da 1.ª sessão ordinária de 21 de outubro de 2017. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Edmundo Tiago** (PS) e **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** A ata de dia 11 de setembro é uma ata do anterior mandato, mas que terá que ser aprovada. Já sabem que só irá votar quem esteve presente; os outros terão que se abster. Há alguma intervenção em relação à ata? Então, vamos pôr à votação, primeiro, a ata de dia 11 de setembro, e depois passaremos à ata da 1.ª Sessão Ordinária de 21 de outubro. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 14 votos a favor, e 12 abstenções, **aprovar** a ata do dia 11 de setembro de 2017. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos, então, agora votar a ata da 1.ª Sessão Ordinária de 21 de outubro de 2017. Alguma observação, algum reparo? -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Houve a apresentação da lista para a Mesa, houve uma intervenção do deputado António Júlio, no sentido de se tentar fazer uma lista de consenso. E a seguir, houve outra intervenção que não consta da ata. O deputado José Meneses fez uma intervenção – curta, mas disse: “A nossa lista está aí; vocês façam o que quiserem”. Isso deu o tom para aquilo que se vai passar. Isto diz o quê, subentende-se que diz o quê? “Essa é a nossa lista. Nós queremos, mandamos, e podemos mandar. Não queremos nada, não queremos diálogo.” Podia argumentar noutro sentido, mas não, disse: “A nossa lista é essa; agora, vocês decidam.” E essa intervenção não consta aí. Aliás, o deputado José Meneses pode confirmar que fez uma intervenção curta, mas que foi neste sentido. E não consta aí nessa ata. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Bom dia a todos os membros da Assembleia. -----
Esses entendimentos, Sr. Deputado, não contam para aqui. E o deputado José Meneses também não faz questão que fique em ata essa observação. Agora, de facto, estamos numa Assembleia, temos uma maioria, e é normal que votemos por aquilo a que nos propusemos, ou

seja, para o programa a que esta Assembleia e este Executivo se propôs. Agora, diálogos, estamos sempre abertos ao diálogo. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Tudo o que se passa nesta Assembleia tem que ficar registado em ata. E uma intervenção de um deputado deve ficar registada em ata. Seja o que for, tem que ficar registado em ata, e não ficou, a intervenção dele não está, não consta. ---

-----**O Presidente de Mesa:** Mais alguma intervenção? Portanto, vamos passar à votação. ----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 25 votos a favor, e 1 abstenções (da deputada Maria Amélia Madaleno Cabeleira (PS)), **aprovar** a ata. -----

1.2 Informação da Correspondência.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à correspondência recebida, foi enviada a todos e está disponível para consulta. Eu não vou estar a ler toda a correspondência recebida, são cinco páginas, foi enviada para todos os membros. Alguma dela são convites, reuniões. Está disponível toda a correspondência recebida; os membros da Assembleia, os Srs. Deputados irão consultar e ver, e depois farão o que acharem por bem. -----

-----Antes de passarmos, então, ao Ponto n.º 1.3 do Período de antes da ordem do dia, foi-nos solicitada pelo deputado Luís Dias a interrupção dos trabalhos durante cinco minutos. Estão interrompidos os trabalhos para se reunirem os Líderes dos Grupos Parlamentares.-----

(Interrupção dos trabalhos). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos recomeçar os trabalhos. Foi entregue pelo Líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a seguinte proposta de voto de louvor: -----

-----**Voto de Louvor**-----

“As Bancadas Municipais do PS e do PSD/CDS vêm pelo presente apresentar um voto de louvor ao ex-Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, José Mário Leite, pelo desempenho apresentado no mandato 2013-2017.”. -----

Vou propor a votação. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Sr. Presidente, o voto de louvor deveria ser votado por voto secreto, porque é o nome de uma pessoa que está em causa. E quando se trata de pessoas ??? a eleição tem que ser por voto secreto. A votação é sempre por voto secreto. É que poderiam haver pessoas que quisessem votar contra, e ficaram constrangidas. Por que é que se faz a votação por voto secreto? Para não haver constrangimento, para as pessoas poderem votar conforme a sua consciência. Neste caso aqui, deveria ser exatamente a mesma coisa. É o nome de uma pessoa que está em causa. ??? as pessoas poderem votar por voto secreto para exprimirem livremente a sua opinião. Na dúvida, devia ser por voto secreto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não é essa a interpretação que eu faço, penso que não é assim. De qualquer forma, vamos continuar com a votação que estávamos a fazer. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por maioria**, com 14 votos a favor, e 12 abstenções, **aprovar** o voto de louvor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Foi também entregue uma comunicação do Grupo Parlamentar do CDS-PP, em que o Deputado Luís Dias será o Líder do Grupo Parlamentar. O Líder do Grupo Parlamentar do PS, será o Deputado João Pavão. Tenho indicação de que o Líder do Grupo Parlamentar do PPD/PSD é o Deputado João Leonardo.-----

Só dizer, relativamente às faltas – porque já passou a meia hora – que haverá a falta de dois membros: um já justificou a falta, Maria de Lurdes Moutinho Nunes dos Reis, e Solange Marina Lapa dos Reis. -----

-----Continuamos ainda no Período de antes da ordem do dia. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Estamos exatamente na altura da justificação das faltas. A Maria de Lurdes Moutinho, acho que antecipadamente disse que não vinha à reunião, informou logo. E portanto, eu pergunto se foi convocado o membro a seguir, ou não. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não pediu substituição. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Mas, não tem que pedir substituição, penso eu. Eu penso que não, penso que apenas comunica que não vem, e automaticamente deve ser convocado o segundo. Isto porque, repare, “gato escaldado de água fria tem medo”, costuma dizer-se, e nós passámos quatro anos em que vimos um membro vir à primeira e segunda reunião, e depois, durante quatro anos, nunca mais apareceu a nenhuma, e no entanto, não foi efetuada a perda de mandato. Estas coisas regimentais, não ligo muito, mas acho que não

devemos cair nisso. E eu penso que quando antecipadamente informam, devem convocar o membro a seguir. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Regimento não diz isso; diz que tem de ser a própria pessoa: os membros da Assembleia Municipal podem fazer-se substituir nos casos de ausência por período até trinta dias. Ela limitou-se a justificar a falta; ela não pede substituição. Ela enviou a comunicação, por e-mail, no dia 18 de dezembro, e diz: "Por estar ausente devido ao estado de saúde do meu marido, que se encontra doente, não me é possível estar presente na reunião convocada para dia 22 de dezembro. Por esse motivo, peço que me seja justificada a respetiva falta." Não diz em nenhum ponto que pede substituição. O art.º 72.º do Regimento que está em vigor diz que os membros da Assembleia Municipal podem fazer-se substituir em ausência até trinta dias. A substituição opera-se mediante pedido de substituição por escrito dirigido ao Presidente da Assembleia. Neste caso a Sr.ª Deputada só pede a justificação, não pede a substituição. Este é o entendimento que eu faço. -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Edmundo Tiago** (PS), **Manuel José Dinis** (Coligação PSD/CDS), **José Manuel Moreiras** (Coligação PSD/CDS) e **Luísa Pinto Ferreira** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Ora, muito bom dia a todos. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, os elementos da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, os Vereadores e os elementos das Bancadas.-----

Muitas pessoas não me conhecem, eu fiz parte desta Assembleia Municipal durante muitos anos, como elemento eleito pelo Partido Socialista, sempre como independente. Nas últimas eleições, há quatro anos, apoiei o PSD, apoiei o Nuno Gonçalves para Presidente da Câmara. Na altura, muita gente achou isso um bocado contranatura; eu fiz por dever de consciência, na altura o PS arrastava-se no poder já há trinta anos, sempre com as mesmas pessoas, e penso que tinha chegado a altura para haver uma mudança, e vi no Dr. Nuno Gonçalves um conjunto de características e de ideias que, de facto, me seduziram a apoiá-lo. Estivemos nesta Assembleia, penso que durante dois mandatos, e vi que, de facto, ele pugnava pela democracia, pela ética e pela lealdade na política.-----

Neste mandato, sou surpreendido, a partir do momento em que se começam a fazer as listas, por, de facto, atitudes menos corretas. E não é preciso pensar muito para nós constatarmos o

seguinte: é que houve uma transferência de elementos que pertenciam ao Partido Socialista, principalmente elementos Presidentes de Junta que se diziam socialistas, e que continuam a dizer-se socialistas, e que de um momento para o outro transitam de uma lista para a outra. Nunca, em trinta anos de poder socialista, isso aconteceu. Havia, às vezes, um caso ou outro – lembro-me, por exemplo, de um Presidente de Junta da Lousa (não sei se mais algum, não tenho ideia). Agora, esta revoada de quatro elementos que não se candidataram pelo PS e candidataram-se pelo PSD, e um elemento que podia candidatar-se pelo PS e não se candidatou por Partido nenhum, nunca, em tempo algum, se viu tal coisa, em tempos em que o PS foi poder durante quase trinta anos. O senhor, em quatro anos, conseguiu fazer aquilo que o PS, em trinta anos, nunca fez. Sempre havia alguma transferência de um elemento ou outro, mas nunca aquilo que vimos neste momento. E, de facto, é esquisito, porque as pessoas – é evidente que, neste caso, os Presidentes de Junta que fizeram essa transferência não são culpados; são vítimas. Para mim, são vítimas, porque os Presidentes de Junta querem resolver os problemas das suas freguesias. E, de facto, aperceberam-se que continuando no Partido em que estavam, seria muito difícil atingirem os seus objetivos. Então, nada mais fácil do que fazer a transferência. É a leitura que se faz, é a leitura que qualquer pessoa que não esteja minimamente informada faz disto. Agora, vamos ver, por que é que teria sido isso feito? Será que as pessoas deixaram de ser socialistas? Elas dizem que não. Aliás, em público, algumas disseram que eram socialistas, que continuavam a ser socialistas. Qual será a razão por que isto aconteceu? O Sr. Presidente já disse: “Não, senhor, eu trato todos por igual.” Mas, há aqui uma contradição: então se trata todos por igual, e as pessoas continuam a ser do PS, por que é que tiveram a necessidade, por que é que fizeram esta alteração. Isto, para mim, foi – e digo-lhe, Sr. Presidente – um choque, porque o senhor sempre advogou, e sempre acusou o anterior Presidente da Câmara, Aires Ferreira, de comportamentos menos éticos nesta matéria, e o senhor, aqui nesta Assembleia, chegou várias vezes a reclamar contra isso. E na primeira oportunidade que o senhor teve, só está há quatro anos no poder e fez muito pior, fez muito pior do que aquilo que os outros fizeram em trinta anos.-----

Agora, para mim, os Presidentes de Junta, de facto, nesta história, são as vítimas. Aliás, muitos Presidentes de Junta – eu fui Presidente de Junta durante dezasseis anos – não têm ligação nenhuma a Partidos; estão neste ou estão naquele porque aconteceu. Mas, de facto, alguns destes Presidentes de Junta dizem-se socialistas, e disseram-se socialistas durante muitos anos. Há muitos que não são de um Partido nem são de outro; podem, num mandato, concorrer por um Partido, e no mandato seguinte concorrer por outro, mas não têm ligação a Partidos, não militaram em Partidos. Alguns deles foram de comissões políticas do Partido Socialista. E isso, eu não compreendo como é que o senhor, que antes, quando estava na Oposição, clamava pela ética, pela democracia, pela lealdade na política, e hoje em dia, faz

1h. Pedro

aquilo que está à vista de todos. Até nem é preciso ser muito político, basta ver aquilo que aconteceu. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado. Muito bom dia a todos. Aproveito para vos cumprimentar – ainda não tinha cumprimentado, depois da instalação da Assembleia, de uma forma formal. -----

E agradecer ao Sr. Deputado Fausto as intervenções que tem tido – aliás, enlevadas com uma democracia que lhe reconheço, mas que nestes casos não lhe era muito habitual. Esqueceu-se de dizer várias coisas. Primeiro, que nos anos em que estivemos aqui juntos, várias vezes disse e propus que cada Grupo Parlamentar tivesse alguém na Mesa; V. Exa. votava consecutivamente contra. Era a sua democracia, na altura. Mas, mais: eu percebo que haja alguns lapsos de memória. Barbosa, da Lousa, recorda-se? O Luís, da Horta da Vilariga, recorda-se? O Altino, da Cabeça Boa, recorda-se? António Fernandes, recorda-se? Francisco Fevereiro, recorda-se? António Júlio Andrade, recorda-se? Pronto. Alguns, parece que não se recordam. Sr. Deputado, eu não lhe disse nada, agradecia que estivesse também a ouvir-me atentamente. -----

Portanto, o que eu lhe quero dizer é o seguinte: em quatro anos, o que eu lhe podia dizer em termos de ética era que quem era do PSD – como foi ali o Sr. Dinis, no Larinho – não tinha um cêntimo; não há aqui um Presidente de Junta que possa dizer que não tem um cêntimo. Isso é que é tratar de forma igual; não é desigual, não é fazer de determinadas aldeias autênticas aldeias do Asterix. E V. Exa. era o primeiro a fazê-lo, e de uma forma não muito correta. Portanto, não é o senhor que me vai dar lições de liberdade, nem lições de moralidade; não é o Sr. Deputado. -----

E para não lhe dizer mais sobre como é que foram feitas as listas, porque o Sr. Deputado esteve aqui reunido comigo para pertencer a uma lista do PSD, esteve aqui, esteve aqui reunido comigo antes das listas, indicou-me nomes para as listas do PSD, e depois não se chegou a um acordo. Sr. Deputado, eu estou a tentar responder-lhe, eu estive aqui calado. Portanto, a partir do momento – e aí sim, eu não vou levantar a quem disse para eu convidar, efetivamente disse para eu convidar determinadas pessoas, que até foram convidadas e não aceitaram, de acordo com alguns nomes que tinha dito. Portanto, não estamos aqui a falar de nada de imoral; as pessoas são livres para estarem onde se sentem bem. E portanto, quando me diz “quatro anos”, eu dei-lhe aqui uma série de exemplos, de candidatos à Câmara, de Vereadores eleitos em listas, que seriam complementares a quem V. Exas. votaram um voto de

louvor, e depois passou para o outro lado, rejeitando o n.º 2 da vossa lista, e relegando para terceiro e quarto lugar. Ou não se lembra disto? Passou-lhe o vento e agora não se lembra? --- Portanto, não venham aqui dar lições de moral do que quer que seja, porque nós nunca dissemos a um Presidente de Junta que estivesse do outro lado que não lhe transferíamos um cêntimo. Nunca escrevi uma carta a dizer: "V. Exas. precisam de saneamento, mas uma vez que não votaram no nosso programa, não lhes é transferido nada." Pois a equipa que V. Exa. apoiou durante anos e anos tem cartas escritas desta forma a determinadas Juntas de Freguesia. Isso é que lhe devia dar vergonha, de ter estado lá. -----
Disse. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Ora bem, eu era elemento desta Assembleia, era deputado, eu não tinha poderes de decisão de nada. Parece que eu é que decidia, parece que eu é que tinha poderes; eu não tinha poder nenhum. Eu era um simples Presidente de Junta que estava aqui nesta Assembleia, que não tinha poder absolutamente nenhum, limitava-me a representar-me a mim e à minha freguesia. É evidente que todos os Presidentes de Junta sabem que a relação com o Presidente da Câmara tem que ser uma relação muito cuidada, porque caso contrário, todos sabemos aquilo que acontece. E o senhor sabe perfeitamente aquilo que acontece. Mas, o Sr. Presidente agora, quando falou, tentou levantar aí uma cabala, disse que eu estive aqui consigo antes da formação das listas. Eu estive aqui consigo antes da formação das listas, por quê? Porque o senhor me telefonou a dizer que queria falar comigo. Eu não nego fala a ninguém. Eu posso ir a todas as reuniões que quiser e muito bem entender, e não tenho satisfações a dar, nem ao PS, nem ao PSD. O senhor convidou-me para uma reunião, e convidou-me para fazer parte de uma lista pelo PSD, e eu disse-lhe que não. Eu disse-lhe que não. O senhor já vai responder. Eu disse-lhe que não, e o senhor disse-me: "Aponte-me nomes", e eu aponte-lhe nomes. Aquilo que se passou foi isto, não se passou mais nada. Aliás, eu apoiei-o há quatro anos, e fiz parte de uma lista que o senhor elaborou em Urros, depois de muita insistência de V. Exa., e depois de eu verificar que, efetivamente, havia razões para o PS sair do poder, porque o PS perpetuava-se no poder com as mesmas pessoas, e ia ser, para mim e para a minha consciência, ia ser muito mau para o concelho, e foi essa a única razão pela qual o apoiei há quatro anos. O senhor não venha insinuar que eu vim aqui oferecer-me; eu vim aqui porque o senhor me convidou, e a única conversa que nós tivemos foi: o senhor convidou-me para eu encabeçar uma lista de Junta, e eu disse que não; perguntou-me nomes, e eu indiquei-lhe nomes. Posso-lhe dizer quais foram, e o senhor sabe quais são. Portanto, foi essa a nossa conversa, não houve mais conversa nenhuma. Aliás, o senhor convidou-me para almoçar, e eu disse que não ia almoçar, disse que vinha cá à reunião consigo, já precisamente por causa disso. Agora, o senhor não tente insinuar que eu vim aqui

Handwritten signature

oferecer-me para fazer parte da sua lista, ou de uma lista qualquer; eu vim aqui porque o senhor me convidou – telefonou-me, convidou-me para almoçar, e eu disse que não ia almoçar, disse que vinha a uma reunião consigo. Foi isso que eu disse. -----

Agora, o senhor comparou os trinta anos do PS, das transferências que houve, de pessoas, mas foram trinta anos, Sr. Presidente. Com o senhor, em quatro anos, houve mais transferências em quatro anos do que nos trinta anos de poder do Partido Socialista. -----

-----**O Deputado Manuel José Dinis:** Em resposta ao deputado Fausto, o que vou dizer é, porque tenho conhecimento disso. Eu fui pressionado em outros mandatos, em vários mandatos do Sr. Eng.º Aires Ferreira, pelo Partido Socialista, claro. E fui sondado, foram-me oferecidas determinadas condições. Eu, nessa altura, denunciei isso através do jornal Terra Quenta e quem publicou isso encontra-se nesta sala. O senhor também soube, porque acompanhou os mandatários para me tentarem convencer, e também leu o jornal, na altura, e não é verdade, em parte, o que o senhor diz. Nesses mandatos, quando eu era Presidente da Junta de Freguesia, se alguma vez fui favorecido, era sempre com condições de favorecer amigos do Presidente da Câmara, na altura. Portanto, no mandato anterior, em contrapartida o Larinho foi favorecido porque se fizeram obras, e houve transferências para o Larinho, coisa que não sucedeu durante os dezasseis anos em que eu estive em oposição com o Partido Socialista. -----

-----**O Deputado José Manuel Moreiras:** Bom dia a todos, ao Executivo, à Mesa e aos restantes membros, aos restantes deputados. -----

É assim, eu tenho tido, ao longo destes anos todos, uma amizade e estima pelo deputado Fausto, e não vamos deixar de ser amigos, mas eu penso que, na minha posição, estava a atacar-me a mim também, nesse caso. A referência à minha pessoa, é assim, infelizmente, o falecido Aires Ferreira já cá não está e não se pode defender, mas eu fiquei um bocado magoado e queixoso por várias razões, com o antigo Executivo. É assim, logo no princípio, tenho-me batido sempre pela união das freguesias – a Cardanha estava, se não estou em erro, em sexto lugar em população. Havia ??? que acho que era o Souto, Urros e Peredo dos Castelhanos, se não estou em erro. Bati-me sempre por quê? Porque eu estava com medo que ??? para gerir, e como toda a gente sabe, uma freguesia bastante grande, que é difícil de gerir. Eu pus as cartas em cima da mesa, ao Executivo, para eles tomarem uma posição perante a Assembleia, porque, realmente, esta situação que fosse a partir da Assembleia, pelo Governo Central, eu penso que eles iriam admitir. Eu nunca o quis fazer, nem sei a razão por quê, mas eu sempre disse isso. Pronto, é uma mágoa que eu tenho com o antigo Executivo, que infelizmente agora não se encontra cá, não pode defender-se. -----

A outra foi vermos que o Município ficou a dever à Junta de Freguesia da Cardanha dezassete mil euros (17.000€) de juros, que tinha que haver uma transferência, e nunca houve. À minha pessoa, o Município ficou a dever vinte e quatro mil euros (24.000€) de mão de obra. Quem me resolveu o problema foi o atual Presidente da Câmara. Por isso, estou-lhe muito grato. Durante estes quatro anos, ele colaborou com a minha freguesia – acima de tudo, é sempre a minha freguesia que eu defendo em primeiro lugar. Fui convidado, deu-me contrapartidas – não me obrigou, que fique claro; deu-me só contrapartidas para eu poder aceitar a minha candidatura.-- Candidatei-me, apoiei o Dr. Nuno Gonçalves, correu bem, e estamos cá para mais quatro anos.-----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra a deputada Luísa Ferreira. -----

-----**A Deputada Luísa Pinto Ferreira:** Olá, muito bom dia a todos. -----

Eu sei que pode causar assim uma certa comichão eu estar deste lado neste momento, mas antes de falar aqui sobre estas coisas, eu quero dizer que estou aqui, efetivamente, porque eu quero, tal como disse publicamente, e não ando aqui a enganar ninguém, quando fui convidada pelo Dr. Nuno para, efetivamente, fazer lista, e ser cabeça de lista no Castedo, convém que se saiba que em quatro anos, nunca fui convidada pelo PS para fazer lista, ou para encabeçar uma lista para o Castedo. Isto, é bom que fique presente. Quando o Dr. Nuno me convidou já na parte final do mandato, já foi na parte final do mandato, aceitei. Quando eu aceitei, aceitei sem problema nenhum, não tive contrapartidas, nem a nível profissional (o que se verá muito facilmente), nem a nível pessoal. A nível da Junta de Freguesia – que é o que me interessa, o que sempre me interessou e o que me interessa nestes quatro anos – a única coisa é que durante quatro anos, a minha freguesia – e ainda está cá, felizmente, o antigo Presidente de Junta, que pode corroborar isto que eu vou dizer – em quatro anos, nunca um Presidente de Junta, pelo menos da minha freguesia, se articulou tão bem com a Câmara e com o Presidente de Câmara em quatro anos. E atenção, trabalhei sem pedir nada em troca; tudo quanto precisei para a minha freguesia, tanto à minha e penso que às outras Juntas de Freguesia, foi-me tudo concedido, de acordo com as necessidades da minha freguesia. Estas foram as únicas razões, que expus publicamente com toda a honra e com todo o respeito e que defendi publicamente, tanto nas redes sociais, como neste lugar onde estamos, defendi num comício, em que expliquei as minhas razões, e como é óbvio, expliquei à minha população. Os resultados estão à vista, a votação está à vista. -----

Eu já falei sobre isto muitas vezes, mas já que o assunto foi puxado agora aqui, só tenho isto a

14. Pedro

dizer: eu estou deste lado porque eu quero, e não por isto ou por aquilo que você possa pensar. As provas estão à vista, obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Serei muito rápido, até porque o ponto que estamos a discutir é de interesse relevante para o Município, e isto não tem interesse relevante para nenhum Município, a não ser para um munícipe conseguir que todo o ódio que está lá dentro seja posto cá fora. E eu aceito isso, porque é uma forma de expurgar todos esses sentimentos rancorosos. E portanto, eu aceito-o de bom grado. -----

Mas, dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado: se o convidei para almoçar – que não me recordo, mas se o convidei, foi num ato de gentileza. Agora, percebo que não tivesse aceitado almoçar comigo, porque podia ser visto pela facção contrária, e toda a sua estratégia seria posta em causa. Mas, não estou a fazer subentendimentos, porque quem fez subentendimentos foi V. Exa., até logo quando começou a criticar o deputado José Meneses. Mas, vou dizer-lhe uma coisa: voltou a esquecer-se, voltou a esquecer-se, no seu discurso: é que V. Exa. não disse que não queria, disse que queria ir, e se fosse, ia em quarto lugar durante dois anos, e depois sairia. Foi assim que o disse. E portanto, é só para recordar, em quarto lugar. Sr. Deputado, eu estou sempre aqui a ouvi-lo, ouça também, porque a memória seletiva é um problema, e eu, felizmente, ainda tenho alguma capacidade de ter memória. Disse que ia em quarto lugar, e que sairia depois de dois anos. Só não digo quem foram as pessoas, mas foi assim. E por acaso não estávamos sozinhos; é que, por acaso, não estávamos sozinhos, que essa é a grande vantagem. -----

E portanto, para terminar este ponto – que não há mais inscrições nem mais direito a intervenção – acho que havia outros pontos de interesse para o Município. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Sr. Presidente, o senhor não está bom da cabeça. O senhor não está bom da cabeça. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

M. Pedro

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade (PS)**, **João Augusto Leal Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **Fausto Edmundo Tiago (PS)** e **Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Júlio Andrade, para se pronunciar sobre o primeiro ponto, Apreciação da atividade municipal e informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. Faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu apenas quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara quando é que nos alcatroa a estrada do Larinho, que aquilo é uma miséria. E perguntar quando é que começam as obras para substituir a rede de fibrocimento das águas do Larinho, e a rede de esgotos do Larinho, que recebe as águas pluviais e os efluentes dos esgotos, situações que não devem existir em paralelo. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Olá a todos. -----
Na informação escrita acerca da atividade municipal, eu gostava de dar os meus parabéns ao Município pela realização do IV Festival Ibérico de Teatro. Mais festivais de âmbito internacional como estes são bem-vindos ao nosso Município. Já temos muitos festivais a nível municipal, e o Festival Ibérico, internacional, como foi este certame, são mais-valias para o Município, para o nome do Município para fora do país. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado. -----
Sr. Deputado António Júlio Andrade, eu gostaria muito que já estivesse pronto, sou-lhe sincero, mas deixe-me dizer-lhe que não é com acusações de Facebook que eu vou fazer as obras mais rápido. Quem me conhece, sabe que eu não funciono assim, não funciono com outros, não funciono. Podem dizer o que quiserem, para mim não funciona. E não funciono também quando as pessoas não se identificam. Mas, a questão que lhe quero dizer, e começando pelo subsistema candidatado ao POSEUR, a obra do Larinho está candidatada com Souto, Felgar e Torre de Moncorvo, e começa no Souto e irá terminar em Torre de Moncorvo. Mas, porque está assim o projeto – do subsistema de esgotos, atenção, das várias ETAR's que é preciso. -----
Quanto à pavimentação, eu penso que o Sr. Presidente da Junta já deve ter sido informado – se não foi, informo eu – que foi lançado o procedimento, e logo que haja condições atmosféricas para conseguirmos colocar aquilo, será colocado. Se me perguntar se foi na melhor altura, se calhar, para resolvermos o problema da água, criámos um problema pelo

asfalto. Não se consegue fazer tudo da mesma forma. O que é verdade é que resolvemos um problema com mais de trinta anos, que era a água, e agora temos que resolver o do asfalto. E há de ser em breve, e logo que seja possível. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Não tem diretamente a ver com a atividade que o Sr. Presidente expôs aqui, mas tem a ver, provavelmente, com atividades anteriores. Eu não tenho a certeza, mas penso que existia, com as Águas de Trás-os-Montes, a Câmara Municipal tinha feito um contrato de arrendamento das barragens, e penso que este Executivo renegociou esse contrato. Não sei se é assim, se não. Queria saber se, de facto, houve uma renegociação desse contrato, se as rendas que o Município iria receber ao longo de N anos foram recebidas antecipadamente, queria saber se é assim, exatamente, ou não. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Mais uma vez, Sr. Presidente, sobre a situação financeira, há quatro anos, quando no anterior mandato estive aqui na primeira reunião, o valor do total da situação financeira do mês de dezembro de 2013 era na ordem dos vinte e um milhões (21.000.000€). Neste momento, vamos com dez milhões (10.000.000€). E a minha pergunta é: quando é que o Sr. Presidente conta sair – não vou dizer “desta austeridade”, porque não é austeridade, as obras têm sido feitas, mas quando é que vamos sair desta contenção orçamental, quando é que vamos, por exemplo, cancelar a Derrama, etc. -----

-----**O Presidente da Câmara:** ... o que disse logo no início de 2014, houve uma renegociação, efetivamente, com as rendas da AdTMAD, porque o Município devia qualquer coisa, como água que estava a cobrar aos consumidores e que não pagava à AdTMAD, de um milhão, seiscentos e oitenta mil euros (1.680.000€). E como devia um milhão, seiscentos e oitenta mil euros (1.680.000€), estávamos em incumprimento, tivemos que renegociar a dívida, tivemos que antecipar essas verbas. As rendas eram no valor de um milhão e quatrocentos mil (1.400.000€), ainda tivemos que arranjar duzentos e oitenta mil (280.000€) para saldar a dívida. A dívida com a AdTMAD está saldada, e foi dessa forma que o fizemos. -----

Sr. Deputado Luís João, eu agradeço as perguntas. Eu gostava de não ter impostos nem taxas para os munícipes de Moncorvo. Efetivamente, com a Derrama, como vão ver, conseguiu criar-se uma forma mais envolvente, com os Srs. Vereadores do Partido Socialista também, o que permitiu ser aprovado por unanimidade, o que quer dizer que, em princípio, não haverá pagadores de Derrama. Mas, como há um contencioso com os centros hidroelétricos, ou produtores de eletricidade, que até agora não pagavam Derrama, e que a nova Legislação obriga-os a pagar Derrama – e eles, o que é que fizeram? Meteram em tribunal essa Legislação, por não concordarem com ela. Só os Municípios que tenham a Derrama é que

podem estar nessa ação para ser ressarcidos. Trata-se não só dos centros produtores de eletricidade, mas também os bancos. E portanto, estamos a manter a Derrama porque uma das condições também para ser aprovado o saneamento financeiro é que o Município se comprometia a aumentar, através de taxas municipais ou impostos, a sua receita. E portanto, nós cumprimos duplamente essa função: primeiro, criámos o que estávamos obrigados e que nunca tinha havido coragem de implementar, que foi a Derrama; segundo, neste momento está praticamente isento todo o concelho, à exceção das barragens, dos centros eletroprodutores e dos bancos. E essa, manteremos enquanto a ação estiver a decorrer em tribunal. -----

Mas, dizer-vos também que este espartilho financeiro em que nós estamos – e eu apelo aos deputados que já estiveram aqui há mais tempo, e apelo também àqueles que, de certeza, têm boa memória, para me explicarem algumas coisas, porque certamente estariam cá. Se repararem, nós temos uma dívida de oitocentos e cinquenta e oito mil euros (858.000€), quase novecentos mil euros (900.000€), ao BPI, está aí na situação financeira. E o que é que nós estamos a pagar? Parque de estacionamento coberto, revisão do PDM de 2004 – o de 2017 está pago; o de 2004, estamos a pagar o empréstimo. Depois, àqueles que se interessam por história e por cultura, gostava que me dissessem quantas vezes é que já foram ao Museu Etnográfico de Moncorvo. É que uma das rubricas é o Museu Etnográfico de Torre de Moncorvo, estamos a pagá-lo. Se me disserem onde é que é, quem esteve trinta anos, de certeza saberá. Depois, o equipamento dos incêndios de 2003, estamos a pagá-lo; a aquisição de habitações para habitação social – não são os Bairros do Fomento, não sei onde é que são, mas estamos a pagá-la. Depois, temos um empréstimo nos mais variados itens, à Caixa Geral de Depósitos, no valor de dois milhões e cem mil euros (2.100.000€), e temos ao Estado, um que irá terminar em 2018, que são cento e cinquenta e cinco mil euros (155.000€), que tem a ver com o prédio do PTH. Se bem se recordam, há uns anos atrás, para pagar aos fornecedores da Câmara, lançou-se mão de um programa, que era o “Pagar a tempo e horas”. Pois bem, os fornecedores continuavam com dívidas – recordo que em 2013, mais propriamente em outubro de 2013, eram mais de cinco milhões (5.000.000€) – e o PTH está por pagar, estamos a pagar, o “Pagar a tempo e horas” que devia ser pago aos fornecedores, estamos a pagar. Neste momento, se repararem, estamos nos vinte dias para pagamento aos fornecedores. Esta é a diferença. -----

Por isso é que eu digo a alguns que este Orçamento tem que acomodar algumas coisas, os compromissos assumidos por quem aqui esteve, que foi legitimado pelo povo, e os investimentos que queremos fazer. Não é com auditorias – como eu vejo alguns colegas meus que agora chegaram a Câmaras onde uma determinada força política há muito tempo lá estava, não é com essas auditorias que resolvemos. O que temos que resolver é assumir esses compromissos, e os fornecedores que, efetivamente, fizeram obra ou que forneceram à

Câmara, serem pagos. E quanto mais rápido, melhor. Portanto, eu nunca pus em causa os empréstimos, mas a verdade é que, se repararem, o único empréstimo, para além do curto prazo que nós fazemos – e o curto prazo é sempre excepcional, porque é sempre pago no período de um ano civil, de 1 de janeiro a 31 de dezembro, e não como muitos advogaram, que era um ano a partir do momento em que era utilizada a primeira verba, podendo passar para dois anos civis, é de 1 de janeiro a 31 de dezembro – tem sido escrupulosamente pago, sempre. Agora, todos os outros, o único que nós temos é a renegociação do que existia no Novo Banco, que está a zero, e o do saneamento financeiro, onde conseguimos uma taxa de juro que nos permite poupar quinhentos mil euros (500.000€). Eu penso que isto é a boa gestão que se deve fazer, e não recorrer ao crédito por tudo e por nada. -----
Para concluir, espero, Sr. Deputado, que alguns dos itens que aqui estão sobre impostos e taxas sobre os municípios de Moncorvo, possamos, se tudo correr bem, terminar, ou este ano, ou para o próximo ano. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município.** –

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 2 — GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2018.-----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade (PS)**, **João Augusto Leal Leonardo (Coligação PSD/CDS)**, **João Pinto Pavão (PS)**, **Luís João Fernandes Dias (Coligação PSD/CDS)** e **Fausto Edmundo Tiago (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, serei muito telegráfico naquilo que vos vou dizer, até porque têm todos o Orçamento, o PAM e o PPI. -----

Estas Grandes Opções do Plano visam basicamente duas coisas: primeiro, continuar com a senda das amortizações médias dos empréstimos, reduzir a dívida, agora que estamos dentro do limite legal de endividamento. E portanto, este foi o grande passo que nós demos, de 2013 até 2017. Recordo que no relatório de outubro de 2013, o Município estava desestruturado financeiramente, estava em excesso de endividamento, e portanto, tinha uma série de cativações que não podia usar em benefício dos municípios. E essa foi a grande ação que nos

propusemos levar a cabo no primeiro mandato: foi, primeiro, estar dentro do limite legal de endividamento, e haver também uma possibilidade para investimento. -----

Dizer-vos também, e dar-vos a conhecer que em termos de margem absoluta do que o Município pode utilizar para investimento, em outubro de 2013 estávamos com cinco milhões e meio (5.500.000€) negativos, e estamos, neste momento, com três milhões e setecentos mil (3.700.000€) positivos. Isto foi obra de muito esforço e de implementar medidas que fizessem um controlo efetivo da dívida. De qualquer forma, nem tudo está perfeito, como é óbvio, e temos que continuar nesta senda, com uma diferença: as amortizações médias deixam de estar na ordem dos dois milhões (2.000.000€), passam a estar em um milhão de euros (1.000.000€), e o resto será para investimento. Eu recordo aqui que temos sete milhões (7.000.000€) aprovados e contratados, sendo que o grande bolo são os dois milhões e meio (2.500.000€) da escola, depois o POSEUR, com um milhão (1.000.000€) já candidatado, e com outros já aprovados em termos de Executivo, e enviados para a APA, e que depois serão enviados para o POSEUR, que andarão numa ordem de grandeza superior a um milhão e meio de euros (1.500.000€). -----

Portanto, serão estas as grandes opções que vamos fazer, é conseguirmos aproveitar os fundos a oitenta e cinco por cento (85%) e realizar o maior número de obras possíveis para este mandato. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Agora sim, dou a palavra ao Sr. Deputado António Júlio Andrade.

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, agradecia que colocasse no texto a seguir, nos primeiros parágrafos, no primeiro parágrafo. Pode passar esse documento à frente. Pode passar esse documento à frente. Ao apresentar as Grandes Opções do Plano, na introdução, para a frente, aí. -----

Bom, Sr. Presidente da Assembleia, eu sinceramente digo que receber um documento destes e dezassete pontos da Agenda de uma reunião, dois dias antes, é impossível alguém, pelo menos normal, preparar-se para debater estas coisas. Longe de mim querer fazer uma análise impossível. Não sei, mas ver se tratam estes assuntos – ou uma agenda mais curta, ou este tipo de documentos, enviá-los com antecedência maior. -----

Bom, passando ao Plano e Orçamento, às Grandes Opções do Plano, eu começo por ler a introdução: *“As eleições autárquicas realizadas no passado dia 1 de outubro determinaram que os cidadãos e cidadãs do concelho querem continuar unidos pelo Concelho de Torre de Moncorvo. Renovada essa confiança e reconhecido o trabalho realizado em prol do desenvolvimento do concelho, da população e das instituições, as Grandes Opções do Plano e*

14. 12
Pedro

Orçamento Municipal devem estar em sintonia com as propostas apresentadas, mantendo o respeito inequívoco com a população. -----

Sr. Presidente da Câmara, desculpe que lhe diga, mas eu não esperava uma linguagem desta natureza numa apresentação, numa introdução a um documento destes, porque sempre pensei que o Plano e Orçamento eram da Câmara, enquanto órgão colegial, e não de uma parte da Câmara, e que a Assembleia ia votar o Plano de uma Câmara, e não de uma parte da Câmara, porque isto – e estes dois parágrafos primeiros é o que mostram – é a mesma política que eu critiquei durante trinta anos, do Sr. Eng.º Aires Ferreira, é a política do “posso, quero e mando”. Ora bem, é a tal política dos “donos disto tudo”. Eu sempre pensei que a minha terra era de todos, e que todos somos muito poucos para impedir a desertificação deste concelho, mas afinal parece que não querem nada, não querem opiniões dos outros, querem o “quero, posso e mando”, e estranho muito isso. -----

Desculpe que lhe diga também, seguindo mais à frente umas páginas desta introdução, eu vejo vinte páginas, estão incluídas vinte páginas que mostram o que se fez no último ano. Ora, eu penso que isso são vinte páginas de propaganda política, mas se quiserem, entre aspas, eu não gosto de utilizar isso, mas acho que eram páginas próprias para um relatório de atividades, e não para apresentar no Plano de Atividades e nas Grandes Opções do Plano. -----
É o que tenho a dizer. -----

----**O Deputado João Leonardo:** Bom dia, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Mesa e Vereação. -----

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com a situação financeira que privilegia o investimento e a ação social. O Município, no último mandato, privilegiou a gestão da dívida, pagar a dívida criada nos últimos trinta anos por uma má governação do PS. Agora, como disse o Sr. Presidente já em várias declarações, é hora de investir e privilegiar o apoio social, mantendo o Orçamento equilibrado e sustentável para gerações futuras. -----

Congratulamo-nos também, já em relação também ao ponto anterior, pela gala que foi criada pela Banda Filarmónica do Felgar, conjuntamente com a Escola Sabor Artes, que teve este ano um forte apoio da Câmara Municipal, e a continuação do apoio à cultura, nomeadamente das bandas filarmónicas – não só a do Felgar, também a de Carviçais – e apoio às artes e às associações. -----

Congratulamo-nos pela continuação do apoio à divulgação da amêndoa e da sua produção e comercialização. -----

Esperemos que esteja próxima a conclusão do Parque Verde, que é um dos meios de divulgação e de desenvolvimento das nossas crianças – que existem poucas aqui na nossa localidade. -----

Obrigado. -----

----**O Deputado João Pinto Pavão:** Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados, Srs. Vereadores, Srs. Vereadores da Oposição, estimado público, estimados Presidentes de Juntas de Freguesia:-----

Ainda em jeito do que foi conversado nos assuntos relevantes para o Município, é bom que esses assuntos, que foram mais de índole pessoal, não sejam discutidos nesta Assembleia, e que sejam verdadeiros assuntos relevantes para o Município, e como bem disse o Sr. Presidente, é isso que se tem que discutir, e não o "lavar da roupa suja", como se diz. -----
Como disse o colega de Bancada, Sr. António Júlio, estes documentos desta natureza, convém que sejam entregues mais cedo. Eu sei que a burocracia da Câmara Municipal é difícil, a Reunião de Câmara foi na passada sexta-feira, e todos os documentos têm que ser submetidos, mas apelamos a que haja bom senso para que haja uma correta leitura destes documentos. -----

Numa análise geral à introdução que existe das Grandes Opções do Plano, denota-se e parece que é um relatório de atividades do último ano. O Município apresenta dez eixos que são essenciais para o concelho, mas numa introdução temos que pôr os problemas, os problemas do nosso concelho. Onde é que se fala aqui da desertificação, e como é que nós vamos combater essa desertificação? Esse será sempre o nosso problema, porque um documento não tem que ter só floreado; deve ter também os erros que temos no Município, e as dificuldades que o Município passa. -----

Fazendo agora jus a este irrealismo que vemos no Orçamento, e considerando o último relatório de contas a que temos acesso (que é o de 2016), a última prestação de contas existente teve uma execução de onze vírgula cinco milhões de euros (11.500.000€), e estamos aqui perante um Orçamento de dezoito vírgula sete milhões de euros (18.700.000€), ou seja, um aumento de sessenta e dois por cento (62%) de um para o outro. Eu sei que nós, às vezes, puxamos aqui a história e falamos dos trinta anos, ou dos vinte e sete anos do governo do PS aqui no nosso Município, mas o que temos que comparar nesta Assembleia são já os últimos quatro anos que o PSD/CDS teve. E usando as palavras que o Sr. Presidente usou na sua declaração de voto da Reunião de Câmara, que este Orçamento tem um fio condutor e que se aproxima da realidade, mas olhando para ele, basta ver que se afasta da realidade, porque os números são surreais e não fala dos problemas da nossa terra. -----

Salientamos ainda que na elaboração deste Orçamento estão previstos mais de quatro milhões de euros (4.000.000€) de receitas. De onde vem essa fundamentação? Da venda de imóveis? Das receitas do Parque Eólico? Onde é que está essa documentação? Aliás, até quando vamos continuar com este prolongamento de receitas não reais, só potenciais? Mas, já que

existe tanta promessa de receita, por que não se preveem as contrapartidas no âmbito da exploração mineira? Em que ponto está isso? -----

Na declaração de voto de 15 de dezembro, o Sr. Presidente afirmou que reduziu os níveis de endividamento líquido. Bem, aqui até se pode dizer que não se deve só ao Executivo. Primeiro, às autarquias foi-lhes imposto, em 2013, pelo novo Regime Financeiro das Autarquias Locais, limites ao endividamento, no âmbito do empréstimo e da troca. E caso tenham visto, o Município aumentou todas as taxas dos impostos – falando da Derrama, do IRS e do IMI. Portanto, quando se fala que baixámos o endividamento, temos que também afirmar por que é que baixámos. -----

Ainda no que diz respeito ao endividamento global, este Executivo recebeu, em 2017, mais uma ajuda: é que do Governo do Partido Socialista, nos Municípios que foram afetados pelos incêndios, todas as despesas que forem efetuadas nesse âmbito não vão contar para a dívida. Portanto, mais uma ajuda. A ajudar a estas despesas que não contam para a dívida, temos também que o Estado, nos últimos três anos, aumentou as receitas para este Executivo, para 2018 prevê-se um aumento de um vírgula cinco por cento (1,5%), e ainda aliado a esta folga orçamental, a única política que podemos ver que ajudou os empresários de Moncorvo e os cidadãos de Moncorvo foi em dois níveis: no nível nacional, o Governo reduziu o IVA, reduziu os encargos sociais para os empresários. A nível autárquico, tivemos os Vereadores do Partido Socialista, que apresentaram propostas de isenção ao nível da restauração e hotelaria na parte da Derrama. Portanto, temos aqui uma Oposição consciente e que faz propostas, e o Sr. Presidente diz na sua declaração de voto que o PS não faz propostas. -----

Em jeito de término, deixamos só as seguintes perguntas: os próximos quatro anos vão ser a senda dos “365 dias à sua espera”, ou vamos ter reais investimentos em Moncorvo? Vamos ter investimentos da exploração mineira e do Parque Eólico? Quais são as vantagens económicas que isso vai trazer para o concelho? Quais são os empregos que se pretende criar com essa situação? Porque do Parque Eólico, eu vejo sempre sair notícias que daqui a seis meses arranca a exploração. Queremos saber em que ponto é que isso está. E ainda, que foi a imagem de marca destes últimos quatro anos do Executivo, foi o marketing de imagem, com todos os vídeos de que precisava, mas essa aposta foi traduzida em milhões. E o que é que isso trouxe de impacto económico aqui para o concelho? É que fazendo um estudo que uma consultora fez, em que analisa o desempenho turístico e social, e o desempenho digital e económico, coloca Moncorvo na posição duzentos e setenta e seis num total de trezentos e oito Municípios. Será esta a aposta correta? Fazemos, assim, esta pergunta ao Sr. Presidente.- A indicação da Bancada será para votar contra o Orçamento. E como o Sr. Presidente disse na campanha eleitoral, que o PS votava contra as freguesias, votava contra as associações, votava contra os bombeiros, mas nós não estamos a votar contra isso; nós apresentámos

propostas, e estamos a votar contra o rumo que nós achamos que não é o correto para este Executivo. -----

Disse. Obrigado. -----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** Mais uma vez, bom dia. -----

Eu gostava de informar o colega de Assembleia que o executado é diferente do previsto. Em 2016, houve uma execução orçamental, e esses sessenta e dois por cento (62%) não são reais, porque se está a comparar executado com previsto. -----

Continuando, eu gostava de salientar a ação social do Município. Ou seja, neste Município falou-se em dez pilares base, e a meu ver, há dois pilares base, neste momento: a ação social e a cultura. E na ação social, tem-se feito um trabalho enorme com os idosos – que é a maior parte da nossa população neste momento – e com os jovens. A nível dos idosos, foi implementado o “SOS Teleassistência”, e eu gostava de saber em que ponto está esse procedimento de defesa dos idosos. E também li que vai ser implementado o Cartão do Medicamento. Eu gostava de saber mais sobre esse cartão. -----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado António Júlio Andrade, as Grandes Opções do Plano são também políticas. E há aqui um lapso em que eu acho que estão a incorrer: é que não é propriamente a Grande Opção do Plano e o que está inserto em números; é, sim, a política que este Executivo tentou fazer, de uma forma explícita, entender à população antes das eleições, e que agora quer executar. E se reparar, todo o relatório só é assinado por uma pessoa, que foi o Presidente da Câmara. Assinado; eu não estou a dizer rubricado, é assinado, que é a proposta que eu faço. É a proposta que eu faço. Se puserem na última página – página 49, mais propriamente – é a proposta política que eu levo ao Executivo e à Assembleia Municipal. E portanto, é essa que nós damos a conhecer. E mal seria se nós não estivéssemos a defender políticas em que acreditamos para o concelho. São nessas políticas que nós acreditamos para o concelho, e são essas que queremos implementar. -----

Quanto ao Sr. Deputado Luís Dias, a Teleassistência está a decorrer, vai ser alargada e vai ter uma implementação no concelho todo. Aliás, está em Orçamento uma verba para a Cruz Vermelha. -----

Quanto ao Cartão do Medicamento, é intenção deste Executivo – por si só ou com os Municípios da Associação de Municípios do Douro Superior, se para isso tivermos o visto –

alargar a saúde a todos os cidadãos – a todos, não como estava previsto num primeiro momento, que era só para carenciados até ao limite máximo do IAS, mas agora para a população toda. Estamos a trabalhar isso com a Associação de Municípios, para serem seis Municípios, por forma também a que os preços baixem, obviamente. -----

Sr. Deputado João Pavão, agradecer a sua intervenção, como é óbvio, e a eloquência em que a pôs. Mas, voltou a não me responder, e eu até pensei que soubesse: onde é que está o Museu Etnográfico de Moncorvo que temos que pôr aqui para pagar? Onde é que está? Com que verba? Quantas vezes o visitou? Que receita deu? Com isso é que o senhor se devia ter preocupado, Sr. Deputado. Vem-me falar do Parque Eólico, que é privado? Das minas, que são privadas? Quer que o Executivo faça o quê? Que vá cavar para o Reboredo as galerias? E depois vem de lá o proprietário dizer: "Saia daí que isso não é seu". Isso pergunto-lhe eu, Sr. Deputado, por que é que demora tanto tempo a concessão definitiva. Isso está no Ministério da Economia, mais depressa chegará lá do que eu. Então? É isso. Mais, foram as nomeações deste Governo para o ICNF que fizeram o que fizeram com o Parque Eólico. Onde é que está a sua tomada de posição para três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000€) que ficaram a dever ao Município? O senhor devia era dizer: "Eu não concordo com esta política ambiental que está a ser seguida." Onde é que estão as aves, a que morreu na Cantábria, a que morreu em Carrazeda de Ansiães, e que continuam a aparecer no estudo de impacto ambiental das eólicas? Mas, mais: o que é que o Douro Azul nos dá aqui, a Torre de Moncorvo, para poder dar pareceres contrários? Se quer falar de empresas privadas... -----

E o que deve pensar é qual é a execução que o Município apresenta, do Orçamento. E eu aqui assumo perante todos, e quem tiver coragem de assumir o contrário, deve dizer assim: "Eu não aceito que esteja vertida no Orçamento uma receita de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000€) quando não sabemos se a vamos receber." E diz-me o senhor: os documentos? Mas, os documentos passaram por todas as Câmaras e por todas as Assembleias Municipais, assinadas pelo Estado. Aliás, até na segunda assinatura, saiu o Ministro da Economia, que era o Dr. Pina Moura, e passou a ser concessionário de uma empresa, da Endesa. Então? Foi assinada a concessão, depois, com a Câmara. -----

E mais, Sr. Deputado, para pôr aí nos seus apontamentos uma situação, que era esta: então e o milhão e meio (1.500.000€) que a Câmara não tinha que cobrar dos três milhões e seiscentos mil (3.600.000€) se as torres pagassem IMI? Vieram à Câmara e à reunião da Assembleia Municipal, e todos aceitámos, porque queríamos o investimento. Então e nós é que não somos pessoas de bem? Depois de o Estado assinar, os diversos Governos assinarem, a concessionária assinar, e depois dizerem assim: "Afinal, não pode ser aí". Agora, enquanto estiver a decorrer em tribunal um pedido para ser ressarcido o Município de Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães e a própria concessionária, estes três milhões e seiscentos

mil (3.600.000€) estão lá. Mas, se repararem todos, depois retiramos em sede de alteração orçamental, o que iremos fazer outra vez. Isto é uma posição de força, e é uma posição de força que já vem dos anteriores Executivos, e eu vou mantê-la. Isto não é o "quero, posso e mando"; isto é uma forma de legitimar o que nos pertence e de que fomos espoliados. ----- Mas, digo-lhe mais, desertificação: eu vi-o no seminário, se calhar tivemos as pessoas mais importantes a debater o tema em Torre de Moncorvo, que nunca tinha sido debatido, e a desertificação não é de agora, não é só de Torre de Moncorvo, é de vários. E então, Sr. Deputado, não acha estranho que tanta gala – onde o senhor também esteve – tanto festejo, tanto balão e fitas de carnaval quando criaram a Missão para o Interior, que até havia alguns Presidentes de Câmara, que o senhor bem conhece, que se alpendoravam ao lugar, mas que, depois, o Secretário do Partido Socialista não lhe conseguiu esse lugar que tanto almejava, e foi buscar uma professora de Coimbra, a Prof.^a Helena Freitas. Não acha o senhor, que esteve lá – mais uma vez reitero isto – não acha normal (ou anormal) que a senhora se tenha demitido, a dizer que este Governo não olha nada para o interior, que despreza o interior? Sr. Deputado, onde é que estão essas declarações? Onde é que está a força do PS de Torre de Moncorvo, a dizer: "Meus senhores, eu não aceito isto. Enganaram-nos a todos." Portanto, a desertificação é um problema real que temos; não somos só nós, é todo o interior, e o interior começa a quarenta quilómetros de Coimbra. E esse é que é o verdadeiro problema. O que é que vamos fazer? Como é que conseguimos fazer? Aliás, estão aqui algumas soluções. Agora, se não for integrado, o Sr. Deputado acha que dez por cento (10%) do IRC, ou cinco por cento (5%) do IRC para uma empresa que venha para aqui, vai trazer alguma empresa do litoral? Por que é que não temos coragem de assumir a isenção total do IRC para quem vier para o interior? Por que é que não temos coragem de o IVA, em vez de ser a vinte e três por cento (23%), ter uma exceção e bater o pé em Bruxelas, e ser a seis por cento (6%)? Mas, isto não é só a Câmara de Moncorvo; têm que ser todos. E este seminário que fizemos foi exatamente para despertar estas atitudes, para, de uma forma que seja devidamente científica, despertar consciências. -----

Agora, das várias situações que aqui nos explicou – e que eu agradeço, obviamente – as dos particulares, eu não lhe posso dar resposta. O que lê nas notícias é o que eu leio nas notícias. Agora, o que eu sei é que quanto ao Parque Eólico, o Presidente do Instituto para o Desenvolvimento de Energia Sustentável, ele próprio disse, ao contrário do que esses senhores que foram nomeados, enquanto ele foi eleito, que o estudo do Parque Eólico nunca tinha passado por ele e que não tinha conhecimento, e que não podiam ter dado uma resposta dessa forma. -----

Mas, mais, até lhe vou dar mais alguns conhecimentos sobre isso: o Presidente da Quercus foi um dos que votou contra, nosso conterrâneo aqui de Maçores. Eu costumo dizer que alguns

gostam de dizer que são conterrâneos quando querem ver obras científicas ou livros apoiados, mas depois esquecem-se. E portanto, votou contra. Sabe que entrou fora de prazo essa reclamação, e foi aceite? Sabe que a Zero foi criada também por causa deste assunto? Porque o anterior Presidente da Quercus, Dr. Francisco, tinha votado a favor do Parque Eólico. Sabe que dos dez pareceres, nove foram positivos, e só um negativo? Os mesmos que foram nomeados. Portanto, não me pergunte a mim por que é que um projeto como o Parque Eólico não tem viabilidade. Mais, deixe-me recorda-lhe uma coisa – e vou terminar já, Sr. Presidente da Assembleia – deixe-me recordar-lhe uma coisa: primeiro, o Parque Eólico é privado, correto? Segundo, o Parque Eólico está numa área de baixa densidade, correto? Terceiro, o investimento era na totalidade estrangeiro, para vir para um território de baixa densidade português, noventa milhões de euros (90.000.000€) – era uma das questões de elegibilidade logo, correto? Então, por que é que não é? -----

E quanto às estatísticas, eu percebo que o “365 dias” doa a muita gente, e a Feira Medieval, então, até dá sarna a alguns. Mas, isto chegou ontem do INE, isto é a média da NUT, NUT III, NUT II e a nível nacional. Levantamentos em caixas multibanco e compras em terminais de pagamentos automáticos em 2017: duzentos e dez mil e duzentos euros (210.200€). Não somos nós que fazemos, isto é o Município. Depois, esta é a NUT II, Portugal aqui anda nos dez, e aqui anda Moncorvo num fim-de-semana. Eu percebo, custa muito, então a alguns, mas é a esses que devem perguntar, é à hotelaria, é ao alojamento, se querem, ou não, terminar com a Feira Medieval. Essa é que é a diferença. -----

E mais uma coisa, Sr. Deputado, para terminarmos: sabe que o propagandismo deste Município não chega ao Partido que o elegeu, que até paga para as pessoas estarem a assistir às Grandes Opções do Plano do Governo. Nós aqui não pagamos; explicamos. -----

-----**O Presidente da Câmara:** A todos os Vereadores, quer do PS, quer do PSD. Portanto, podem os drafts ser enviados para as Bancadas. Foi no dia 7. A partir do momento em que estão disponíveis, os Partidos políticos... -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Ora, parece que a desertificação foi causada, ou tem muito a ver só com este Governo. O Sr. Presidente deveria ter ido mais a fundo e dizer que a desertificação tem a ver com todos os Governos que passaram pelo poder, todos os Partidos são culpados. E cada um, quando chega lá, diz melhor que o anterior, mas fazer, fazem todos exatamente a mesma coisa: zero. Zero, tanto o PSD, como o PS. Não venha agora falar sobre o PS, que fez isto, fez aquilo, ou não faz nada, e a comissão para acabar ou para minimizar os efeitos da desertificação, que este Governo não faz nada, porque o anterior fez igual, e os anteriores fizeram igual, e é tudo a mesma coisa. E nós estamos aqui a discutir uns com os

outros, a dizer que a culpa é do PS, ou é do PSD; não, a culpa é de todos os Governos que passaram por lá, todos. -----

Relativamente ao documento, queria perguntar ao Sr. Presidente se, de facto, aquilo que eu li é verdade, que consta para a silvicultura cerca de cinquenta mil euros (50.000€), que será para a plantação de árvores no Reboredo. Se isto é verdade, o que é que o Sr. Presidente pensa fazer com estes cinquenta mil euros (50.000€), se já fez mais alguma coisa pelo Reboredo, se já encomendou algum estudo, de facto, para fazer a recuperação do Reboredo de forma integrada, se há alguma coisa em mente sobre isso, ou se são estes cinquenta mil euros (50.000€), porque cinquenta mil euros (50.000€) é assim uma coisa para mandar para lá uma máquina para plantar meia dúzia de árvores. -----

Quanto à Feira Medieval, eu acho que sim, que a Feira Medieval foi um bom investimento. Já havia um embrião, e aí a Escola Secundária tem muito mérito, porque foi a Escola Secundária que, efetivamente, começou e criou o embrião, que depois veio dar origem à Feira Medieval. Mas, o Sr. Presidente investiu tudo na Feira Medieval, e esqueceu uma coisa importante, que era a Festa da Amendoeira em Flor. O senhor vai dizer que a Festa da Amendoeira em Flor era a mesma coisa, estava agonizante. Pois estava agonizante, de facto, todos reconhecemos que estava agonizante, e nas Assembleias Municipais nós dizíamos isso, mas o senhor não teve engenho nem arte para dar a volta a essa situação, e desprezou, pura e simplesmente, a Festa da Amendoeira em Flor. A amendoeira em flor e a amêndoa são produtos endógenos, são uma mais-valia do concelho, que o concelho não tem aproveitado devidamente. O senhor investe tudo na Feira Medieval – acho bem, que a Feira Medieval tem impacto – mas a Festa da Amendoeira em Flor foi pura e simplesmente esquecida, abandonada. O senhor, acerca disso, não disse nada. -----

Já noutra questão, penso que há também uma verba de trezentos mil euros (300.000€) para pavimentação em cubos e tuvenan. Eu penso que o concelho estará praticamente quase todo pavimentado, mesmo nas aldeias, a nível da vila. Gostava que o Sr. Presidente dissesse alguma coisa sobre isso, porque eu, de facto, não estou a ver onde é que uma verba tão elevada... se não haverá outros investimentos, se não podem ser feitas transferências... É uma dúvida que eu tenho, não conheço a realidade de algumas freguesias, se calhar estou equivocado, e se calhar a verba até é diminuta. Mas, eu gostava que o Sr. Presidente dissesse alguma coisa sobre essa verba em concreto, que são trezentos mil euros (300.000€) para pavimentação em cubos e tuvenan. -----

----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** Ainda na leitura que fiz das Grandes Opções do Plano, penso que foi assinado, não estou aqui a ver o dia... eu estou a falar da Cooperativa Europeia Comercializadora de Eletricidade, a Efi-Duero Energy. Já foi assinado o protocolo

entre os vários Municípios, e eu gostava de saber quando é que isso se torna realidade para a população Moncorvense. -----

-----**O Deputado João Pinto Pavão:** Sr. Presidente, em relação à sua declaração em resposta às nossas declarações, relativamente à Missão do Interior, partilho a decepção que foi essa Missão do Interior, apesar de o Partido Socialista ter apresentado isso como a solução para o interior, e as medidas até eram interessantes, lendo o relatório, foi pena a força que a Dra. Helena Freitas não tinha nessa Missão do Interior, e que seria de louvar – aliás, ela até em declarações ao Expresso, que fez há cerca de um mês, criticou o poder que tinha, ou seja, que era quase nulo, e foi ela própria que criticou a ineficácia dessa Missão do Interior. -----

Nós tocámos no investimento privado porque foi a sua bandeira em 2013, foi a captação de investimento privado. E desde que entrámos aqui, o investimento privado foi zero, desde que esta Câmara está no poder. O investimento privado foi zero. -----

Relativamente à Feira Medieval, vocês dizem que até dá sarna. Nós não somos contra a Feira Medieval; somos a favor da Feira Medieval, obviamente. Aliás, somos tão a favor, e como você apresentou muito bem esse gráfico, foi por isso que os Vereadores do Partido Socialista apresentaram também a proposta da Derrama para a isenção na hotelaria e restauração, porque são esses que têm um maior impacto quando as pessoas vêm visitar a Feira Medieval. E a Feira Medieval foi colocada, esquecendo a história – como disse, e muito bem, o colega Fausto – da Feira da Amendoeira e do Artesanato mais antiga do país, esqueceu-se a história que muitas vezes você evoca aqui. -----

Relativamente aos mandatos do Partido Socialista, o que podemos afirmar é que quem está aqui que se podia defender, já não se pode defender. Eu também só tenho vinte e sete anos, e não tenho memória para conseguir falar disso tudo. E não conheço o Museu Etnográfico. -----

Relativamente ao Parque Eólico, disse V. Exa. que foi chumbado, mas o Secretário de Estado, quando tomou posse, já estava chumbado pelo anterior Secretário de Estado do PSD/CDS. ----

Relativamente ao PS não apostar no interior, eu olho para o meu concelho e vejo que quem não apostou no interior, nomeadamente com a retirada do comboio, foi o PSD, com o Governo de Cavaco Silva. -----

Ainda relativamente à Douro Azul – e já conversámos aqui no Conselho Municipal da Juventude – era importante, e considero importante que a Douro Azul pague taxa turística neste Douro. O impacto ambiental que eles provocam, o impacto que fazem na sociedade e o retorno que temos com os turistas é quase nulo, porque vão todos para Espanha. Portanto, era importante que os Municípios da Comunidade Intermunicipal do Douro se unissem para a Douro Azul pagar a sua respetiva taxa turística. -----

Ainda relativamente à execução, e o que é que é executado, e o relatório de contas, obviamente que não se pode comparar uma com a outra, mas são os dados que temos. Vamos aguardar pelos dados de 2017, pela execução de 2017, em abril, e depois retomaremos a nossa tomada de posição aqui. -----

Relativamente à venda de imóveis, é só uma pergunta de curiosidade: falou na sua declaração de voto do IEFP, que há aqui uma permuta com a Pensão Marrana, era só para saber em que estado é que está essa situação e qual a finalidade. -----

E relativamente às minas de ferro, sabemos que são investimentos privados, mas foi a bandeira deste Executivo. E as notícias que saem indicam que continua a ser a bandeira deste Executivo. Portanto, não depende só do Partido Socialista, porque o Governo já autorizou a exploração mineira; depende, sim, da captação desse investimento privado. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Bom, o Sr. Presidente tem opinião diferente da que eu tive acerca do “posso, quero e mando”, está no seu direito. Está no seu direito de interpretar aqueles parágrafos de maneira diferente da que eu interpretei. Aliás, naquela página estavam as rubricas dos Vereadores todos também, e portanto, aquilo era um documento da Câmara, e não seu. É isso que vai à Assembleia. -----

Eu queria fazer uma pergunta, ou algumas perguntas. Não tive oportunidade de analisar o Plano em profundidade, mas houve duas ou três coisas que me saltaram assim à vista, e que eu gostava de ser esclarecido sobre isso. Por exemplo, eu vi que se prevê uma receita em publicidade, salvo erro, de trezentos euros (300€). Será isso? Com trezentos euros (300€) em publicidade, se é isso, a publicidade, eu entendo que se refere aos anúncios que por aí há pela vila, das casas todas, se só rendem trezentos euros (300€) por ano. É o que eu vejo aí. Gostaria de ser esclarecido. -----

Também vejo uma rubrica de receita, de nove mil euros (9.000€), de transportes escolares. Eu gostaria de saber, nos transportes escolares, de onde é que vêm esses nove mil euros (9.000€), se é dos alunos ou se é de outra fonte. -----

Também queria perguntar ao Sr. Presidente em que situação está aquela sociedade de investimentos turísticos de que a Câmara faz parte, juntamente com alguns senhores aí de Moncorvo. -----

E finalmente, queria dar a minha opinião sobre os grandes investimentos e as grandes opções: eu acho que a grande opção que se devia fazer neste concelho, para combater a desertificação, é investir na agricultura, porque nós somos um concelho agrícola. E na agricultura, o maior investimento que podia fazer-se era na construção de charcas, pequenas barragens para atenuar um bocadinho as secas, para expandir um bocadinho o regadio. O que eu vejo na minha aldeia, no Larinho – os senhores das hortas de Moncorvo ainda têm sorte,

porque a Câmara disponibiliza água, isto e aquilo, disponibiliza tudo, até oitenta mil euros (80.000€) que ali vejo, mas os desgraçados dos agricultores, por exemplo, os do Larinho, andamos ali aflitos todo o ano, todo o verão, a apanhar uma gota de água aqui, outra gota de água além. Estas é que são as grandes opções, e penso é que deveríamos todos estar de acordo e batermo-nos por isso. -----

Tenho dito. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Congratulamo-nos com a continuação do apoio ao desporto e ao património, nomeadamente no desporto, no protocolo com o Dragon Force, e o lançamento da obra do Museu do Castelo, na parte do património, onde estará incluída, como foi referido, a Feira Medieval. Em relação à Feira Medieval, verificamos que os Vereadores do PS votaram contra as Grandes Opções do Plano, nos “365 dias à sua espera”. Eu não sei se isso não é um incentivo ao turismo. Os “365 dias” não são um incentivo ao turismo? Se é um incentivo ao turismo, votam contra? Votam contra uma Feira Medieval que trouxe um desenvolvimento, nestes últimos anos, no espaço de uma semana, que se calhar no resto do ano não conseguimos ter? Um dinamismo e uma interligação da Câmara com a escola, dinamização de pessoas jovens, onde potenciamos associações, como por exemplo, a GAFT, e a Escola Sabor Artes. Onde maior representação teriam essas associações? Onde conseguiriam ter mais representatividade do que numa Feira Medieval? Seria numa Feira da Amêndoa Coberta, ou numa Feira da Amendoeira em Flor? Penso que não. -----
Por falar nisso, dizem que a Câmara não apoia, mas a Câmara apoiou a certificação da amêndoa coberta, apoiou o estudo e a certificação. Eu penso que isso seja apoiar alguma coisa – dizem que a Câmara não apoia nada. Será que a Feira da Amendoeira em Flor trazia lucro ou prejuízo para o Município e para os munícipes? Eu penso que a Feira Medieval traz muito mais benefício do que trazia a Feira da Amendoeira em Flor. Temos que ver a situação do país: nós, antigamente, tínhamos as pessoas do Porto a cinco horas de distância. E muita gente antiga se lembra, qualquer pessoa do Porto, para se deslocar às Amendoeiras em Flor, tinha que vir de autocarro, e tinha que ir no dia a seguir, tinham que dormir cá, tinham que gastar cá dinheiro. Exatamente nessa altura, podiam utilizar as feiras e o dinamismo dos eventos, porque estavam cá. Nos últimos anos em que existiu Feira da Amendoeira em Flor, pouca gente se via de noite, as pessoas vêm no próprio dia, qualquer pessoa do Porto, Braga ou Guimarães demora uma hora e meia, duas horas, a chegar a Moncorvo. E quando passam, é mesmo de passagem. As pessoas visitam Moncorvo, visitam Foz Coa, visitam Freixo de Espada à Cinta, é de passagem, só almoçam e vão embora no próprio dia. De que é que adianta ter uma feira onde os custos para o Município eram pagos integralmente? Os fornecedores, a Câmara tinha que pagar aos fornecedores para estarem presentes, tinha que

pagar aos funcionários. Que retorno é que trazia isso? Não trazia nenhum, quando principalmente os fornecedores, os vendedores, eram pessoas de fora do Concelho de Torre de Moncorvo. Trazia lucro para esses, mas qual era o dinamismo que isso trazia para Moncorvo? -----

De referir também, só em relação à parte dos fornecedores, e uma parte muito importante, que é o tempo médio de pagamento aos fornecedores, que neste momento se reflete em vinte dias. Isso é que é importante, aos fornecedores, e aos fornecedores locais. Isso é que é importante, as pessoas terem disponibilidade financeira para, ao apresentarem uma fatura, passado vinte dias poderem ter esse dinheiro disponível. Isso é que é importante, e temos que apoiar os fornecedores e os vendedores locais. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Só aqui alguns esclarecimentos. Os trezentos euros (300€) são de reclames e dos toldos que são colocados no licenciamento. Os que estão licenciados, estão licenciados. -----

Depois, os nove mil euros (9.000€) são dos passes escolares, dos miúdos que pagam os passes escolares ainda, é essa a receita. Pagam os pais, sim, eles não pagarão. -----

Estou completamente de acordo com as charcas e com as pequenas barragens. Temos uma candidatura – ou tínhamos, até ao final do anterior mandato – que se esperava fazer, não só para a ???, mas também para os incêndios na Lousa, entre Lousa e Vilarinho de Castanheira, era ali a meias com a Câmara de Carrazeda de Ansiães, chumbada mais uma vez pelo ICNF. Mas, as hortas, está a laborar num lapso: os trinta mil euros (30.000€) das hortas é fazer com que saiam do Parque Verde e passem para a zona ??? . É isso, é um projeto de investimento.-----

Mas, o que me deixou mais perplexo, devido à sua argúcia e perspicácia em ver as coisas, foi não ter falado do regadio de Felgueiras. Também já falámos da charca, já falámos de uma série de coisas. O regadio de Felgueiras, que a Câmara apoiou juntamente com a Junta de Freguesia, foram mais de cento e cinquenta mil euros (150.000€), e há quanto tempo aquilo estava parado sem ninguém fazer nada? Deveu-se à Comissão de Regantes e à perspicácia do Sr. Presidente de Junta que trabalhou afincadamente com a CIMDouro para poder ser aprovada. Essa é que é importante. É que nós não podemos fazer omeletes sem ovos, é preciso que eles existam também. E recorde, quando esta medida saiu, que nós tentámos, com os Presidentes de Junta que havia, saber se havia as Associações de Regantes. Havia Felgueiras. Candidatámo-nos, e dos dezanove Municípios, seis foram aqueles que foram contemplados, porque as candidaturas estavam bem-feitas, o que se deveu ao Gabinete do Investidor, que aqui tratou do início ao fim, juntamente com a Junta de Freguesia de Felgueiras. Isto é importante. Se houver mais projetos, e se souberem, nós cá estamos.-----

Ninguém aqui, por termos ideologias diferentes – eu assumo que nem vocês, nem nós, querem o mal do concelho; querem é que isto vá para a frente. E as ideias são sempre válidas. -----
E por ideias, Sr. Deputado João Pavão, dizer-lhe duas coisas muito simples: quando eu digo que os Srs. Vereadores não trouxeram ideias nem propostas, é que o Sr. Deputado conhece várias Câmaras, e o que acontece é assim, para todos estarem dentro do assunto: a Câmara leva à Reunião de Câmara e vota-se, tout cour, é assim que acontece nas Câmaras. Nós não; eu levo as Grandes Opções do Plano, peço propostas para me trazerem na seguinte, faz-se uma para debater as propostas todas em conjunto, e depois é que se vota. Andamos há um mês nisto. Agora, da Derrama, sim senhor. Eu sei que para o ano vão rever isto, e vão fazer; eu sei que o vão fazer, e se houver boas ideias, cá estaremos para as acolher. Aliás, o meu primeiro Orçamento – e quem estava cá recorda-se – era um Orçamento que era uma amálgama: trazia o que já vinha do Eng.º Aires Ferreira, fomos buscar algumas ideias do Eng.º José Aires, e as nossas. Foi o primeiro, e conseguiu fazer-se ali uma coisa. Mesmo assim, a declaração de voto foi de voto contra. -----

Dizer-lhe só uma coisa, que já disse ao Sr. Deputado Fausto, que é bom continuarmos a ter uma boa memória: o despacho sobre as eólicas foi proferido depois da Conferência do Ambiente de Paris, em 2015. Portanto, era o atual Secretário de Estado que ainda se mantém em vigor, o tal Secretário de Estado que para a Serra da Malcata conseguiu desagregar diversos hectares para poder ser feita a caça aí, do lince da Malcata. Se se recorda disto, foi muito apalavrado, foi mesmo. E aqui, com duas aves que morreram, continuamos com o mesmo problema. Mais: o Sr. Ministro que assinou foi o mesmo que disse que havia trinta e seis torres. Sabe por que é que eram trinta e seis torres? Porque era o layout A e layout B, e nem viram que quer a Assembleia Municipal, quer a Câmara, já tinham votado um layout, e somaram os dois. Isto é para verem bem como é que aquilo corre. E para não ir mais além, eu até acho que se o investidor fosse outro, se calhar até já estava aprovado. -----

Mais, isso foi o que me perguntou. Obviamente que estou de acordo completamente com o que disse o deputado Fausto: a desertificação é transversal a todo o território, com culpa de quem esteve no Terreiro do Paço. Eu aí não retiro nada, e digo-lhe a mesma coisa: a retirada do comboio, da polícia, afetou mais Moncorvo do que os concelhos aqui à volta, porque Moncorvo era um concelho muito mais virado para os serviços, enquanto outros mantiveram-se na agricultura. E nós sentimos muito mais isso do que os outros. Aí estamos todos de acordo. Aliás, se há um coveiro do anterior, na altura, o Sr. Primeiro-ministro Cavaco Silva era o coveiro do interior. E eu assumo isto, e podem dizê-lo, porque eu assumo-o, e já o disse. -----

Quanto ao IEFP, o que é que está no IEFP: com o anterior Governo iniciou-se a negociação da permuta, onde está o IEFP e a Segurança Social, que ainda é espaço da Câmara, suportado integralmente pela Câmara, e havia a possibilidade de a Pensão Marrano, que está no centro

histórico, poder reverter a favor da Câmara para nós candidatar-mos no Quadro 2020, ou como apoio ao Museu do Ferro, ou para fazer um museu, ou até para serviços. Foi para o Ministério das Finanças, ainda com o anterior Governo, e ainda lá se mantém. Aliás, eu combinei com o Sr. Diretor Adjunto que vamos despoletar nós o processo, pedindo um ao outro como é que isto está, para poder enviar para instâncias superiores. Está nesta fase, e espero que se resolva brevemente – espero, que isto está complicado. -----

A Feira Medieval: quando nós vemos a Feira Medieval, tenho a dizer-vos que a Feira Medieval tem três eixos, que eram feitos em separado: os produtos da terra tinham um eixo, que era feito em separado, tínhamos quarenta mil euros (40.000€) de aluguer de tendas, uma série de coisas. Tínhamos a Feira de Artesanato, onde os motoristas da Câmara iam buscar os artesãos, eram pagos, e se não vendessem, a Câmara tinha que ficar com os produtos. Isto é tudo em catadupa. O que é que se fez? Juntou-se tudo, devidamente delineado, à volta da Praça Francisco Meireles está o artesanato, à frente do tribunal, do lado esquerdo, olhando daqui, estão os produtos da terra, e uma coisa que ainda não vos ouvi falar, que é o apoio que foi retirado, em termos de Orçamento, às associações, ou pelo menos a algumas associações, e é dada gratuitamente a todas as associações a hipótese de estar no Largo General Claudino a usufruir dos dias em que o Concelho de Moncorvo tem mais gente, que é sempre na Feira Medieval. As datas tentam sempre coincidir com as férias dos períodos letivos da escola, mas também no período ainda da Amendoeira em Flor. E o que se fez foi ao contrário, foi envolver os cinco Municípios da Associação de Municípios do Douro Superior, que faziam eventos muitas vezes sobrepostos, e há uma planificação feita para não se envolverem, e o cartaz que saía antes com Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Coa, depois Mogadouro tinha outro, Freixo tinha outro, agora sai um em conjunto pela Associação de Municípios. É isso que se tem feito. -----

E ninguém se esqueceu da amendoeira, muito menos da Amendoeira em Flor; foi criada uma Rota da Amendoeira em Flor. Aliás, no cruzamento de quem vai do pontão do Pocinho para o cruzamento de Urros / Peredo, na União de Freguesias de Urros e Peredo até está lá uma placa para ser visível – está também na Açoreira, quando se chega à Açoreira, está aqui em Torre de Moncorvo, no início, junto ao placar, para estar lá, está na União de Freguesias da Adeganha e Cardanha. Isto foi criado. Passou ao lado porque, por acaso, não foi muito noticiado a amêndoa coberta ter sido denominada como IGP. Passou ao lado. Não é importante, foi só a nível europeu. Hoje, a amêndoa coberta é de Torre de Moncorvo, não é de mais lado nenhum. Mas mais: a amêndoa coberta, neste momento, está a ser discutida a nível mundial para a podermos candidatar a património. Isto é tudo trabalho de anos. E recordo que um concelho vizinho que tentou fazer o mesmo com a seda e ainda não conseguiu. Agora, o que me podem dizer é o seguinte: “Não se vê tanto autocarro como se via antigamente.” Pois

não, mas os proveitos... "Não se vê tanta gente pelo Santo Cristo e pela Corredoura fora com a marmitta na mão", mas os proveitos serão certamente maiores com os "365 dias". Aliás, e não é para de alguma forma deixar alguém maldisposto, até digo: visite o Município, trezentos e sessenta e cinco dias disposto a abraçá-lo, até vou mais para os afetos – agora estão na moda os afetos, e eu até aí vou mais para os afetos. -----

Os trezentos mil euros (300.000€) de cubo e tuvenan: eu tenho um hábito, que é fazer o seguinte: antes de elaborar os Orçamentos, chamo todos os Srs. Presidentes de Junta, todos, e depois digo sempre desta forma: quais são os investimentos que pensa que para este ano são os mais importantes, e todos me dizem. Posso-lhe dizer, Sr. Deputado Fausto, que não há nenhum que não tenha uma rua para calcetar. Mas, agora temos um problema, que são estas zonas do POSEUR: Vide e Horta da Vilariça estão quase a terminar, Nozelos também estará para acabar em fevereiro de 2018. O mais complicado irá ser qual? O do troço que vem desde o Souto e termina em Moncorvo – só a vala que está a ser aberta, é complicado. Mas, isso entra tudo nesta rubrica. Muitas vezes é reposição de calçada, e temos de pagar – neste momento, a Câmara não tem calceteiros, tem que se recorrer a serviços externos. Basicamente é isto. -----

Agora, este Orçamento contempla todos os projetos – os mais significativos, obviamente – que os Srs. Presidentes de Junta implementaram. Aliás, deixe-me dizer-lhe que é provável que não consiga ver no resto das freguesias, porque há uma aldeia – e aqui tiro o chapéu, obviamente – que está perfeitamente calcetada, e foi onde se investiu mais, que foi na aldeia de Urros. Em minha opinião, e eu transmiti isto à Sra. Presidente da União de Freguesias de Urros e Peredo de Castelhanos – porque as freguesias não foram extintas, Urros e Peredo de Castelhanos – a minha sugestão – e deixo isto aos outros Presidentes de Junta – é que para apoiar, exatamente, a agricultura, em vez de calcetarmos todos os caminhos na sua extensão, devíamos fazer nas duas faixas onde fossem rodados. Eu acho que isto era um bom investimento, levar até às propriedades agrícolas, beneficiar todos os caminhos, porque isto, quem quer tirar rentabilidade tem que ter condições. E nisso, estamos todos de acordo, e eu acho que era indutor também desse futuro. Agora, temos que ter as condições. Agora, não posso é aceitar que no maior investimento feito nos últimos quatro anos, que foi a eletrificação rural de Urros e Peredo dos Castelhanos, que permitam o regadio aos agricultores, não posso aceitar que o Partido Socialista tenha apelidado de "Estrada da Luz". Se isso é votar a favor dos agricultores, dizendo de uma obra que ia toda para Bruxelas, porque a zona do Algarve não conseguiu executar, e eram mais de seiscentos mil euros (600.000€), chamar-lhe desta forma, "Estrada da Luz", por não aceitarem e votarem contra, isso é que eu não aceito que seja para beneficiar os agricultores. Portanto, aceitarei todas as vossas propostas que sejam para

bem do concelho, todas. E isso é uma palavra que vos dou, e não diferenciarei nenhuma Junta de Freguesia. -----

Os cinquenta mil euros (50.000€), como pode reparar, são os que estão definidos, porque nós tínhamos um projeto de duzentos e quinze mil euros (215.000€) aprovado para iniciar antes do grande incêndio que ocorreu em Torre de Moncorvo. Os cinquenta mil euros (50.000€) estão lá para fazermos, para já, as primeiras limpezas – aliás, nesse congresso sobre desertificação, eu propus ao Sr. Presidente do ICNF – Zona Norte se poderíamos começar, de modo próprio, nós a fazer as limpezas e a pensar na florestação, e o que ele me disse foi: “Não, primeiro temos que vender” – nas hastas públicas de Amarante, e que não se consegue vender, porque os madeireiros não compram. A grande questão é esta. Agora, estes cinquenta mil euros (50.000€) estão única e exclusivamente para a limpeza primária, a mais urgente, porque se começa a chover – e se repararam, já viram algumas bermas limpas e desobstruídas – está basicamente para isso. Depois, pelo plano todo, tem várias, desde a limpeza das zonas primárias, desde a limpeza da área circundante às zonas rurais e habitacionais, está tudo previsto. E estão duas candidaturas aprovadas, uma das quais a cem por cento (100%), no valor de oitenta mil euros (80.000€) – oitenta e qualquer coisa, não chega aos noventa mil euros (90.000€) – estamos a aguardar a luz verde. -----

E já que fala nisso, também tenho que dar aqui um voto de apreço ao Sr. Presidente da Junta de Carviçais, que enquanto o Governo reunia com dois Ministros e cinco Secretários de Estado para ver como é que haviam de fazer a entrega de alimentos necessários, devido à seca e aos incêndios, conseguiu, através de uma união de cooperativas – e da Cooperativa de Matosinhos, mais concretamente – que Torre de Moncorvo fosse o primeiro a receber logo alimentos, e ainda andavam a discutir. Neste momento, já está distribuído, não sei se virá mais ainda. E depois, com o protocolo que fizemos com a Direção Regional, então, a partir daí estão todos os produtores já com ração e com alimentação, que é o mais importante – muitas vezes, não é fazer as grandes obras; é solver os problemas no dia-a-dia. -----

A sociedade de investimentos, continuamos com a mesma situação, não responderam este ano também. Eu ia pedir à Dra. Andreia, porque ela é que está com o assunto. -----

-----**A Técnica Superior Andreia Bento:** Nós, todos os anos, na altura da elaboração da Prestação de Contas, e no âmbito da consolidação de contas, comunicamos, enviamos uma carta registada com aviso de receção, e nunca nos respondem. Aliás, é reportado ao Tribunal de Contas, e depois, na altura própria, quando vier a consolidação de contas, vem sempre uma anotação referente a isso. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara:** À resposta do deputado Luís Dias, da Efi-Duero, da Cooperativa de Comercialização de Energia Elétrica, acabaram agora a fase de obtenção das licenças para operar no mercado ibérico, conseguiram obter primeiro no mercado espanhol, só agora, relativamente há pouco tempo, é que foi dada luz verde para a obtenção e para a comercialização em território nacional. Dentro desta fase, houve uma fase também de preparação de pessoal técnico para ficarem habilitados ao processo de comercialização – processos administrativos, tudo isso. Vai começar a comercialização no território espanhol no início de 2018 – porque já estavam mais avançados com isso – e prevê-se que até ao final do primeiro trimestre de 2018 entrem no território português, na comercialização. Está nesta fase.-
Muito obrigado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 4 votos contra (*dos deputados Fausto Edmundo Tiago, João Pinto Pavão, António Eduardo Carvalho e António Júlio Andrade (PS)*) **aprovar as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **Declaração de voto** -----

-----Considerando a sessão ordinária do dia 22 de Dezembro da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo de extrema importância para o desenvolvimento do concelho de Torre de Moncorvo, e visto que consiste na votação dos documentos financeiros para o ano económico de 2018, os membros abaixo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS), subscrevem o seguinte documento.-----

“Primeiramente aproveitamos para referir que um documento desta natureza deveria ser facultado aos membros desta Assembleia Municipal atempadamente, para que exista uma análise específica e profunda sobre as Grandes Opções do Plano. -----

Na análise à introdução das Grandes Opções do Plano para o ano económico de 2018 salientamos que a mesma se assemelha a um Relatório de Prestação de Actividade e não salienta os grandes planos e objetivos do presente mandato e sobretudo os objetivos específicos para o ano económico de 2018. O presente executivo expõe 10 eixos principais para a evolução do concelho e nós perguntamos, onde estão as medidas e as políticas a executar para combater o nosso maior problema que é a desertificação? Para esse efeito, dispensa-se a propaganda de páginas que resumem a actividade do último mandato. Aliás, faz-se uma leitura simples, porque se denota a falta de uma vitamina essencial para a evolução do

nosso concelho: a atracção de investimento privado que crie empregos de escala, sustentáveis e sobretudo impacto social, demográfico e económico. Portanto, uma introdução sem um verdadeiro diagnóstico do concelho, é um prefácio irrealista e subjectivo.-----

Aliada a essa subjectividade existe o irrealismo no que ao global do orçamento diz respeito. Considerando o Relatório de Contas e Orçamento de 2016 – última prestação de contas existente – que obteve uma execução 11,5 milhões de euros para em 2018 para um orçamento de 18,7 milhões, perfazendo um aumento de 62%. Em suma – e em média – dos últimos anos não existe um “fio condutor” – usando as palavras da declaração de voto do Presidente do Município no âmbito da reunião de Câmara do dia 15 de Dezembro – mas sim um verdadeiro afastamento da realidade. -----

Este orçamento de 18,5 milhões de euros surge da necessidade deste executivo em obter receita para a despesa que planeia, sumariando-se na sobrevalorização de receita que gera naturalmente e obrigatoriamente uma sobrevalorização da despesa. -----

Salientamos ainda que na elaboração deste orçamento estão previstos mais de 4 milhões de euros de receitas que resultam de leituras do executivo sem base fundamentada, prevendo o executivo PSD/CDS a receita no âmbito do Parque Eólico e venda de imóveis, entre outros. Até quando este prolongamento de potenciais – não reais – receitas? -----

Mas já que existe tanta promessa de receita, porque não se prevê contrapartidas no âmbito da Exploração Mineira?-----

Na declaração de voto da reunião de câmara do dia 15 de Dezembro, o Sr. Presidente afirma que o Município reduziu os níveis de endividamento líquido. Afirmamos que este facto não se deve somente à gestão deste executivo mas sim das regras e limites orçamentais estabelecidos no Regime Financeiro das Autarquias Locais, que foi implementado em Portugal no âmbito das Regras do Semestre Europeu, Tratado Orçamental e empréstimo da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, vulgo troika. Salientamos esta alínea porque o Sr. Presidente usa o argumento do Saneamento Financeiro para se justificar no âmbito das taxas que este executivo aplica em impostos como a derrama, IMI e participação tributável em IRS. Portanto, Sr. Presidente aplique a lei em todos os aspectos e não somente na excepção. -----

Ainda no que diz respeito aos limites de endividamento legal, aproveitamos para referir que o Município recebeu mais uma folga orçamental no que à dívida de 2017 diz respeito, visto que o Governo do Partido Socialista quer que a dívida contraída pelos municípios afectados pelos incêndios de Junho e de Outubro do presente ao 2017, “destinada exclusivamente” à recuperação destas áreas, não seja considerada para o cumprimento dos seus limites de endividamento. Portanto, vamos aguardar pela informação enviada à Direcção-Geral das Autarquias Locais, onde se repercutem as demonstrações financeiras e a identificação

16. Pedro

detalhada da dívida contraída, bem como os respetivos montantes e prazos de pagamento. ---
No entanto para a tão afamada execução orçamental, não se deve somente contemplar as vantagens que este executivo obteve no âmbito da dívida, mas também o aumento de receitas proveniente do Estado nos últimos anos, mais o aumento de 1,5% para o ano de 2018. A isto se acrescenta que o executivo implementou e colocou as taxas da Derrama, IMI e 5% do IRS nas taxas máximas, não sendo assim amigo do cidadão moncorvense e das empresas que querem investir e evoluir no concelho de Torre de Moncorvo. Aliás, a única folga orçamental que os municípios de Torre de Moncorvo receberam foram as seguintes e através de dois níveis: -----

- *Nível Nacional: Através da redução do IVA e encargos sociais para as empresas derivado do actual Governo do Partido Socialista;-----*
- *Nível Autárquico: Através da proposta dos Vereadores do Partido Socialista que em sede de reunião de Câmara de 15 de Dezembro de 2017 propuseram que a restauração e a hotelaria ficassem isentos de pagamentos da Derrama.-----*
Este eixo é crucial para o desenvolvimento do nosso concelho, uma vez que empregam um número elevado de pessoas e são negócios que geram impacto económico e pelos vistos eram esquecidos pelo executivo do PSD/CDS;-----

Com estes dados é possível verificar, que no último ano e pelos vistos para o ano 2018, o Partido Socialista continuará a ser o único amigo do cidadão e do empresário. É de salientar também que o Sr. Presidente afirmou que os vereadores do Partido Socialista não apresentaram qualquer proposta para a execução do orçamento. Então, Sr. Presidente e esta proposta da derrama não conta?-----

Para além destas vantagens que o executivo do PSD/CDS recebe do Governo do Partido Socialista e de uma oposição alternativa, nota-se igualmente que o orçamento consiste na implementação das mesmas políticas operacionalizadas nos últimos 4 anos, não se observando qualquer ideia política ou projeto inovador que assinale o caminho dos próximos 4 anos, uma vez que a aposta é uma vez mais no âmbito do lazer e das festividades.-----

Sr. Presidente que impacto social e económico trarão estes investimentos para o nosso concelho? Que garantias existem para os jovens quando um Município não investe na qualificação da vila e das aldeias?-----

Denotamos mais do mesmo, enormes quantias nas rubricas "365 dias à sua espera" que em nada suprimem as verdadeiras necessidades do Município. Nos últimos anos, este executivo gastou milhões em imagem e propaganda política e nem nesse campo os resultados são animadores, visto que o Bloom Consulting que analisa a imagem dos Municípios, através de 3 variáveis que medem desempenho económico, turístico e social, assim como a Digital Demand e o Desempenho Online, colocou Torre de Moncorvo na posição 276.ª num total de 308

h. Pedro

Municípios.-----

Perante o supraexposto, os Subscritores da presente Declaração de Voto, votam Contra o Orçamento para o ano de 2018.-----

Ao votarmos Contra, não estamos a votar contra as associações, nem contra os apoios às famílias mais carenciadas, nem contra a reabilitação de bairros, nem contra a promoção da cultura, entre outros. Votamos contra a propaganda, contra o rumo incerto que este executivo implementa para a vila, aldeias e moncorvenses.”-----

Os subscritores:-----

António Júlio Andrade, João Miguel Pinto Pavão, António Eduardo Teixeira de Carvalho e Fausto Edmundo Tiago.-----

PONTO 2.1 — AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2018.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----O Presidente de Mesa: Vamos passar à votação.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, deliberou **por maioria**, com 22 votos a favor e 4 abstenções (dos deputados Fausto Edmundo Tiago, João Pinto Pavão, António Eduardo Carvalho e António Júlio Andrade (PS)) **autorizar a Câmara Municipal a “assumir compromissos plurianuais.**-----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta.-----

PONTO 3 — MAPA DE PESSOAL PARA 2018.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **António Júlio Andrade (PS).**-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, Srs. Deputados:-----

Este Mapa de Pessoal, nós temos vindo a reduzir o Mapa de Pessoal e o número de funcionários. Há, efetivamente, graves problemas, quase todos de saúde, com funcionários – obviamente que eu não direi aqui os nomes – que não prestam serviço ao Município já há anos (há longos anos até). Portanto, tivemos em conta isso, tivemos em conta também as necessidades que os Srs. Encarregados nos fizeram chegar. De qualquer forma, não é para abrir nenhum concurso, à exceção de duas ou três situações em que temos urgência: uma cozinheira para o Centro Escolar – porque só temos uma, e se adoecer, não temos nenhuma, é um problema (esse é um); é um jurista, porque o Dr. Nuno Saldanha foi para a Câmara de Figueira de Castelo Rodrigo; um assistente social e um coveiro – porque o coveiro que temos está a recibos verdes, desde a morte do nosso funcionário, está a recibos verdes. Portanto, serão estes os primeiros a serem, de alguma forma, porque há um concurso que já está desde o ano passado a decorrer, que é de secretariado, já está a decorrer desde o ano passado, e penso que agora está na fase das notificações.-----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente a este ponto, Mapa de Pessoal, quem quer intervir? Dr. António Júlio Andrade, faça favor. Não sei se há mais inscrições. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sobre o Quadro de Pessoal, diria o seguinte: eu olho, e praticamente não vejo construir nada no concelho, obras nenhuma de arquitetura, vejo dois arquitetos da Câmara, que me parece que não têm nada que fazer, e vejo aqui a proposta para se meter mais um arquiteto. Estou enganado? -----

-----**O Presidente da Câmara:** Muito obrigado. -----

Efetivamente, este pode trazer algum engano, mas eu explico já. Como sabem, o Quadro da Câmara são três arquitetos, que era o Arq.º António, que saiu, e, entretanto, passaram o arquiteto para técnico superior. Estava em técnico superior. Eu acho que como deve estar é corretamente, nas funções que está. Claro que ele não vai regressar, provavelmente, mas está aberto aqui como arquiteto. -----

Quanto aos outros Srs. Arquitetos, eles queixam-se que têm muito que fazer; nós às vezes até queremos apressar, e dizem que têm muito que fazer. Não sei se vocês têm, neste momento, alguma forma mais próxima de chegar a eles, que eles vos informem disso. Enquanto Presidente da Câmara, o que eu sei é que eles têm muito que fazer, e até pedem material para ser mais céleres. Não sei de mais. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 3 abstenções (dos deputados João Pinto Pavão, António Eduardo Carvalho e António Júlio Andrade (PS)) **aprovar o “Mapa de Pessoal para 2018”**. -----

-----As presentes deliberações foram aprovadas em minuta. -----

PONTO 4 — DERRAMA – TAXA A APLICAR EM 2018.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **João Pinto Pavão (PS)** e **Luís João Fernandes Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara.-----

-----**O Presidente da Câmara:** Já muito se falou da Derrama, pela primeira vez houve um consenso no Executivo, a proposta dos Srs. Vereadores do PS em Reunião de Câmara, que seria para o alojamento e a restauração; em vez de classes, como estão os outros, decidimos, para não haver qualquer dúvida, que fosse o grupo na totalidade. Ou seja, qual é a diferença entre aquilo que estava primeiramente previsto e o que está aqui? Cafés e similares entram também aqui. Fizemos o grupo, e não as classes. Estou convencido que com isto – e por isso a unanimidade – não se pagará; mantemos é, como criado, a Derrama, os Revisores Oficiais de Contas veem que, efetivamente, temos este imposto criado, e outra situação: enquanto a ação estiver em tribunal – neste caso, da EDP, conosco, a EDP e os bancos – nós também estamos aptos a poder receber, quando e como eu espero que sejam condenados. -----

-----**O Deputado João Pinto Pavão:** Nós só queremos saudar a posição dos Vereadores do Partido Socialista, como já mencionámos nas declarações das Grandes Opções do Plano, por terem feito esta proposta para a isenção na restauração e hotelaria. -----
Era só isso. -----

-----**O Deputado Luís João Fernandes Dias:** Por princípio, eu acho que a Derrama não devia existir, mas já que fomos obrigados a ela, ainda bem que o Executivo, por unanimidade, salvaguardou a maior parte das atividades económicas. Só tinha a ressaltar que não encontro

aqui a venda a retalho, os retalhistas não estão contemplados nesta isenção. ??? em Moncorvo, que empregam, em média, cinco, seis pessoas. Estão isentos? -----

-----**O Presidente da Câmara:** Eu só queria dizer o seguinte, se me permite: nesse caso, estão isentos, e mais, não sei se há algum que pague. Pronto, é uma situação a revermos na próxima, mas eu irei ver, juntamente com os serviços, o que é que se pode fazer. E dizer que pelo segundo ano consecutivo, tivemos empresas a pedir a isenção da Derrama por criação de postos de trabalho. E não foi uma, nem duas, nem três, uma delas até com dez postos de trabalho, o que quer dizer que quatro anos sem investimento privado cai por terra quando assistimos a esses pedidos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos pôr à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, **deliberou por maioria**, com 25 votos a favor e 1 abstenção *(do deputado Luís Dias (Coligação PPD/PSD-CDS/PP))* **aprovar a proposta sobre o lançamento de uma derrama para 2018.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 5 — PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA 2018.-----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Esta era daquelas situações que eu gostaria que no próximo ano, ou o mais tardar daqui a dois anos, o Executivo pudesse, por unanimidade, dizer que não iria aplicar, ou que iria aplicar de outra forma. Neste momento, ainda não é possível, não temos essa folga financeira, mas é a cinco por cento (5%). E dizer-vos uma coisa: tirando esta taxa, o Executivo atual não subiu nenhum imposto nem nenhuma taxa, mantêm-se todas na média, e nunca foi proposta uma nova taxa. Portanto, aquilo que hoje aqui foi dito – e esta palavra, vou utilizá-la – é mentira, ou um desconhecimento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos pôr à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 3 abstenções (dos deputados Luiz Marcelino Lopes, António Júlio Sá Andrade e Maria Amélia Cabeleira (PS)) **aprovar a “Participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares em 5% para vigorar no ano de 2018”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - TAXA A APLICAR EM 2018.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **João Pinto Pavão (PS)**, **João Augusto Leal Leonardo (Coligação PSD/CDS)** e **António Júlio Andrade (PS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Este também é um daqueles impostos que vem sendo habitual, as notícias dizem que o Poder Central se prepara para retirar este imposto aos Municípios e ser arrecadado pelo Poder Central, estamos assim numa fase de transição. A grande proposta é as isenções e as bonificações que a Câmara propõe este ano. Não propôs no ano passado, até em época de eleições, mas propõe este ano, que é o primeiro ano. E as grandes bonificações são: antes, não tínhamos que quem tivesse a cargo um dependente, não tinha um desconto de vinte euros (20€) – porque agora não pode ser por percentagem, tem que ser por valor certo. Como é que a Lei, primeiro, estava? Eram descendentes. Ora, num território como o nosso, nós entendemos que “dependente” pode ser o pai ou a mãe, e esses filhos já terem filhos deles. Ou seja, há descendentes e ascendentes. Podem os filhos até já estar bem na vida, mas terem um dependente a seu cargo, que pode ser o pai ou a mãe. E esses também contam. Ampliamos aqui esta questão social. Um dependente, vinte euros (20€); dois dependentes, quarenta (40€); três dependentes, setenta euros (70€). Depois, há os benefícios fiscais de dez por cento (10%) sempre que haja uma beneficiação energética, seja para a primeira transação dos imóveis, sempre que seja um casal mais novo que queira investir, e também aqueles que fizerem melhorias nos seus imóveis. -----

Estes são os grandes pontos que fizemos em termos de beneficiar os munícipes, não sabendo por quanto tempo é que este imposto ficará sujeito à recolha da Câmara Municipal. -----

-----**O Deputado João Pinto Pavão:** Sr. Presidente, era só em jeito de pergunta: na isenção de IMI para casais jovens que queiram investir ou habitar em Torre de Moncorvo, da percentagem de jovens que querem investir e reabilitar os seus espaços, se há algum levantamento disso, se já tem conhecimento disso, e quais são os jovens que têm condições para, hoje em dia, conseguir investir e reabilitar as suas próprias casas, ou outros espaços aqui do centro histórico, por exemplo. E nessa situação, se a Câmara prevê recuperar habitações ou edifícios devolutos para arrendamento jovem – não entrando aqui enquadrado na discussão do IMI, mas o que é que a Câmara pretende fazer relativamente a isso. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Congratularmo-nos pelas medidas implementadas para a redução do IMI por dependente, seja filho, seja pai, porque muitas das situações em que, por exemplo, pessoas que já não tinham pai ou mãe, tinham um dependente, e não tinham essa bonificação. -----

Também de referir o agravamento de trinta por cento (30%) para quem não cumpre com as medidas normais, ou seja, que tenha prédios devolutos. Se premiamos as pessoas que fazem melhoramentos, também devemos penalizar quem deixa o património degradar-se. Infelizmente, pelo interior, verificamos isso, muitas casas abandonadas, caídas, e penso que alguém tem que ser responsabilizado, porque se as pessoas não têm capacidade para reconverter os imóveis, então que os vendam, para, por exemplo, arrendamento jovem – como disse o colega João – ou para investimento futuro de pessoas que queiram investir, e para as nossas localidades ficarem mais embelezadas também. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu penso que as coisas não são assim tão lineares, porque, repare: nós verificamos hoje aldeias em que temos, se calhar, oitenta por cento (80%) das casas a cair, e os palheiros. Agora, vamos aplicar mais trinta por cento (30%) a cada um desses que caem? Eu por mim falo, eu vendia os palheiros todos que lá tenho a cair, mas a verdade é que ninguém os compra. Portanto, vão aplicar-me mais trinta por cento (30%) no IMI? Temos que ver as situações, não pode ser uma lei genérica para o concelho. Uma lei dessa natureza pode ser aplicada no centro histórico da vila, ou coisa parecida. Agora, nós vamos votar as coisas para todo o concelho. Portanto, temos que ter um bocadinho de atenção nisso, penso eu. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Dar só duas notas muito breves. -----

Dizer ao Sr. Deputado João Pavão que existe um programa, que é o ARUTN, que já foi aprovado, já foi divulgado. E diz na proposta do Concelho de Torre de Moncorvo ao ARUTN, a quem decide – que agora é o IFRRU, que se for ao site do Município vê lá quem pode candidatar-se, onde pode candidatar-se, que benefícios fiscais tem – proposta do Município à entidade gestora do programa: incentivar privados jovens a reabilitar / arrendar o seu património através da distribuição de benefícios fiscais, celeridade no processo administrativo e outros programas de apoio, nomeadamente através do Estatuto de Benefícios Fiscais, aliado a uma política de incentivo aos jovens, podendo o proprietário, quando reabilite as suas propriedades urbanas com o intuito de arrendamento jovem, beneficiar de majoração de benefícios fiscais: IMT – isenção de aquisições para jovens; IRS – doação à coleta de trinta por cento (30%) dos encargos; mais-valias – tributação à taxa reduzida de cinco por cento (5%); rendimentos prediais – tributação à taxa reduzida de cinco por cento (5%). -----

Portanto, os jovens estão aqui, e na página do Município está lá tudo do IFRRU, porque está direcionado agora para os privados. A Câmara suporta; agora, os privados têm que dinamizar o mercado, como é óbvio. -----

A majoração: eu concordo com a majoração como está, por duas razões: primeiro, é que qualquer proprietário que tenha uma ruína pode ir à Autoridade Tributária e declarar que se trata de uma ruína, e deixa de ser tributado – essa é a primeira. E segundo, se lerem bem, diz: “A majoração de trinta por cento (30%) da taxa do IMI aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados, para os quais a Câmara Municipal tenha determinado a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade.” Portanto, nós também não pusemos aí qualquer um. Nós não somos como o Governo, que pensou nas corriças que existiam ali à volta do Terreiro do Paço, e pensou também para as que existem por aqui. Nós demos aqui um sentido diferente às coisas, exatamente, por exemplo, para não aplicar mais uma taxa sobre um desgraçado que, se calhar, nem tem dinheiro para pôr um telhado. -----

Agora, há muitas aqui – e no centro histórico há muitas, e nos centros das aldeias – de pessoas que têm posses, e não vendem, e não querem fazer nada, e põem em causa os vizinhos, e põem em causa a sua própria segurança. Por exemplo, temos aqui um imóvel que poderia ser considerado monumento municipal, estou-me a lembrar de onde nasceu Campos Monteiro, por exemplo. Eu não sei se as pessoas têm condições, ou não têm, para arranjar, não sei – esse também foi daqueles que saltou de um lado para o outro, não sei muito bem. Não sei se têm, mas a questão é que essa, não vendem, nem vendem à Câmara, nem fazem nada, e é necessário fazer. E por isso, penso que está de uma forma equilibrada, porque também a questão é esta: é que há muitas pessoas que estão a fazer recuperações de casas aqui no centro histórico, que passam as “passas do Algarve”, como se costuma dizer, para

licenciar, para terem um parecer positivo da Direção Regional de Cultura do Norte, que lhes impõe os materiais na sua própria propriedade, e depois veem ao lado alguém que se desleixa, e nada acontece, continua tudo na mesma. Acho que chegou o momento de essas pessoas, não só nos urbanos, mas também nos rústicos – porque há alguns, nos rústicos, que estão a pôr em causa os deles e os dos vizinhos, que até têm tudo bem tratado, e está lá um com tudo abandonado. E depois, se há um incêndio? Estes são os problemas, temos que começar a pensar nisto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vamos à segunda ronda de intervenções. Alguém pretende intervir? -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Muito breve, é só para dizer que, de vez em quando, passo numa aldeia, olho e vejo uma correnteza de casas que são bonitas, de arquitetura tradicional, e que deveríamos – digo eu – com os poderes públicos, olhar para essas situações, e se os proprietários não recuperam – em algumas, se calhar, o dono até está no Brasil, nem sabe que aquilo é dele, nem nada – tentamos nós, porque senão as nossas aldeias morrem. E eu acho que nós temos que fazer o possível por recuperar. E hoje que se fala em alojamento local, tentar por esse meio. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade aprovar a proposta da taxa de 0,40% para aplicar de Imposto Municipal de Imóveis, e respetivas isenções, reduções, majorações e incentivos.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 7 — TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM - PERCENTUAL A APLICAR EM 2018. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Francisco António Roque Braz** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Serei muito breve. Mesmo neste não aplicarmos a taxa máxima – que é zero ponto vinte e cinco (0,25%) – propomos zero ponto vinte (0,20%), mas esta é daquelas que eu não prescindo, porque nós temos aqui um regulamento já aprovado que enviámos para a Portugal Telecom, a EDP, para todas as empresas nacionais e internacionais que trabalhem no concelho, que têm que nos avisar e repor os trabalhos que são feitos no concelho. O que acontece é: se pavimentamos uma estrada, logo a seguir há de haver uma empresa dessas que tem que fazer um arranjo. Se as infraestruturas são nossas, acho que também devemos receber aquilo de que eles usufruem. É só esta a situação. E por isso, mesmo assim, são zero ponto vinte por cento (0,20%). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Intervenções? Alguém pretende intervir? -----

-----**O Deputado Francisco António Roque Braz:** Relativamente a estas taxas que se devem receber, acho importante incluir também uma para a energia elétrica. Eu já trouxe esta situação aqui à Assembleia anterior, em que dizia que devíamos, na nova adesão ao novo contrato pagar menos; isto na minha freguesia, e penso que nas outras também; e eu falei que tinha a ideia que estamos a pagar mais, e de facto, estamos, porque agora recebemos um ofício com uma tabela que nos é aplicada, zero vírgula sete, ou qualquer coisa, por quilowatt, e quando na fatura vem refletido quinze vírgula qualquer coisa. Eu questionei os senhores, e eles disseram-me que a diferença era da taxa de acesso. Se eles nos cobram a taxa de acesso, passamos a pagar mais do que o pagávamos. Efetivando a minha ideia, acho que eles também têm que ressarcir o Município, para depois até o Município, se calhar, compensar, neste caso, as freguesias. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Só explicar aqui esta situação: como vocês sabem, se se recordam do debate do Orçamento de Estado, era exatamente a posição que o Bloco de Esquerda defendeu, as taxas que são aplicadas e que não revertem a favor do consumidor, pelo contrário, revertem é a favor das entidades distribuidoras de energia. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade aprovar o “percentual a aplicar relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,20% para vigora em 2018”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 8 — RELATÓRIO DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – REOT.

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, Srs. Deputados: -----

Trouxemos aqui o relatório para vos dizer que nos trinta dias em que esteve em discussão pública, conforme deliberado pela Câmara, não houve nenhuma intervenção. Entretanto, entendemos que a Assembleia Municipal deve estar dentro do próprio programa, e dentro do próprio relatório de ordenamento, para terem conhecimento em vossa casa, e também para vos dizer que, infelizmente – e digo isto, infelizmente mesmo, porque eu não acredito que nenhum relatório feito por qualquer empresa esteja perfeito; há de haver aí algum canto numa freguesia, que nós estamos a pensar que está de uma forma, e que está de outra, algum plano de pormenor que deveria estar de uma forma, e que está de outra, mas durante estes trinta dias, ninguém veio solicitar aqui à Câmara, ninguém veio solicitar, mesmo no site onde está publicado, e mesmo aqueles que têm acesso ao Diário da República, não vieram. Portanto, estou em crer que iremos ter que trabalhar nele, neste plano, da forma como temos, porque não o podemos alterar, como é óbvio, se bem que o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento, o que veio dizer é que, efetivamente, há uma meta, que é, em 2020, todos os territórios estarem com o novo Plano de Ordenamento, mas há o problema da Lei dos Solos, que ainda não se entenderam na Assembleia. E portanto, estou em crer que ainda viremos cá com este assunto novamente, nem que seja por causa da Lei dos Solos, que agora está previsto desta forma, mas que se for ??? pelo Poder Central, terá que vir cá novamente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Intervenções? Penso que não há intervenções. Vamos votar, então, o Ponto n.º 8. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, deliberou **por unanimidade apreciar o “Relatório do Estado do Ordenamento do Território – REOT”**, submetido a discussão pública por Aviso n.º 12674/2017, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 204 de 23 de outubro de 2017, não tendo sido apresentadas quaisquer sugestões ou pedidos de esclarecimento. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 9 — PROPOSTA DE DESISTÊNCIA DA TERRITÓRIOS DO CÔA, ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

-----O Presidente da Câmara: Como veem aí, há uma proposta dos Municípios do Douro Superior, o PRODER do Territórios do Côa acabou, e portanto, o que se propõe aqui é que juntamente com os Municípios de Foz Côa, Mogadouro, Freixo de Espada à Cinta, e Figueira de Castelo Rodrigo, Torre de Moncorvo, saia desta Associação de Desenvolvimento Rural (Territórios do Côa). Tinha que vir aqui à Assembleia Municipal porque a entrada também foi através da Assembleia Municipal, e tem que ter a mesma regra legal. E portanto, o que se propõe é, tal como os outros todos fizeram, que se saia da Territórios do Côa.-----

-----O Presidente de Mesa: Quem pretende intervir? Não há inscrições, penso eu. Vamos passar à votação do Ponto.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade aprovar a saída da “Territórios do Côa, Associação de Desenvolvimento Rural”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 10 — RATIFICAÇÃO DA INDICAÇÃO DO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE REVISÃO DO PDM E INDICAÇÃO DO SEU SUBSTITUTO - AFONSO DE FREITAS DE CALHEIROS E MENEZES.

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----O **Presidente de Mesa**: Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----O **Presidente da Câmara**: Muito obrigado. -----

Este não tem matéria associada porque o que nos foi pedido, em dez dias, junto da comissão que está com a CCDR, era um elemento da Assembleia Municipal que tivesse conhecimento em área de solos e floresta. Eu tomei esta iniciativa – por isso trago aqui a ratificação – de indicar o Eng.º Calheiros, porque era quem estava dentro do assunto. Está aqui para proposta de ratificação, e para a escolha de um substituto, sempre que ele não possa estar presente. ----

-----O **Presidente de Mesa**: Quem pretende intervir? Vamos passar à votação por voto secreto. -----

-----**DELIBERAÇÃO**: A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto nos termos do n.º 1 do artigo 5.º, da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor e 3 em branco, **ratificar “ a indicação do membro “Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes” da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Revisão do PDM e indicação do seu substituto – “Lucinda João Afonso Carpinteiro.”** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 11 — AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA VIGORAR DURANTE A VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO PARA 2018, ATÉ 500.000,00€. -----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----O **Presidente de Mesa**: Sr. Presidente da Câmara faça favor. -----

-----O **Presidente da Câmara**: Como tem sido hábito já há longos anos, vimos propor o empréstimo de quinhentos mil euros (500.000€), para pagar de 1 de janeiro ao dia 31 de dezembro, para solver muitas das dificuldades de tesouraria que temos, sobretudo no mês de janeiro e junho. Como podem ver na relação financeira que vos foi entregue, está na totalidade pago o do ano passado, eram trezentos mil euros (300.000€), que estavam pagos. Foram

solicitados na mesma ??? o que foi solicitado nos últimos quatro anos, que são quinhentos mil euros (500.000€) para solver dificuldades de tesouraria. -----

Dizer-vos também que, este ano, tivemos um spread avassalador, de zero ponto quarenta e quatro por cento (0,44%), pelo Banco BPI, SA. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Quem pretende intervir? Está aí, penso que será ao BPI, a melhor proposta, não é assim? -----

Então, vamos votar a proposta para a contratação de empréstimo a curto prazo. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade autorizar a “contratação de um empréstimo de curto prazo para vigorar durante a vigência do orçamento para 2018, até ao montante de 500.000,00€ ao Banco BPI, S.A, com a taxa variável associada a Euribor a 6 meses, se positiva, acrescida de um spread de 0,44%, com o pagamento de juros trimestral e postecipadamente; aprovar as cláusulas contratuais.”** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 12 — RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA “NORDAREIAS, LDA.”. -----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Este é um processo administrativo, mas cujo reconhecimento tem que ser dado pela Câmara Municipal, e posteriormente pela Assembleia Municipal. Dizer-vos que foi deliberado por unanimidade no Executivo, e remeteu-se à Assembleia Municipal para regularizar a situação administrativa da empresa em causa, Nordareias, Lda. Quero dizer-vos que todas as de extração de inertes tiveram que fazer, com a nova Legislação, esta regularização – e eu espero sinceramente, acho que em Vila Flor já vai acontecer – para poderem candidatar-se também a serem recetoras de RCD's, são os resíduos de construção e demolição. Como sabem, nós só temos em Vila Pouca de Aguiar, e já começa em algumas estradas municipais a aparecer o tijolo, e uma série de coisas. Vamos ver se conseguimos

aliviar, primeiro com Vila Flor, e também regularizando aqui uma que está na sede do concelho, para poder ter a sua atividade legalmente de acordo com a nova Legislação. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Intervenções quanto a este ponto? Vamos passar então à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, deliberou **por unanimidade, reconhecer “o interesse público municipal na regularização da Nordareias, Lda.”**, face ao número de postos de trabalho e aos impostos pagos no Concelho de Torre de Moncorvo. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 13 — TRANSFERÊNCIA PARA A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ADEGANHA CARDANHA”. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Manuel José Dinis** (Coligação PSD/CDS). --

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, este ponto verdadeiramente nem devia estar aqui. O Executivo tem vindo a apoiar as festas tradicionais, que são o S. Martinho (em Maçores), o Desfazer da Bola (em Torre de Moncorvo), a Rota das Pipas (na Açoreira), a Festa do Pão (em Carviçais), e a Senhora das Açucenas (na Adeganha). Isto já vinha, o montante máximo é de três mil euros (3.000€) para todas, dividido por todas. E portanto, aqui estão em causa quinhentos euros (500€). Quem deveria ter pedido era a Comissão de Festas. A Câmara deliberou por unanimidade, conforme estava a proposta, e de acordo com o regulamento que estava, assumir essa despesa dos quinhentos euros (500€). Só que, entretanto, o ofício vem da União de Freguesias de Adeganha e Cardanha. E como qualquer transferência para qualquer Junta é um acordo de execução, o Executivo trouxe à Assembleia Municipal para terem conhecimento também de todas as transferências que são feitas para as Juntas, não individualmente, mas de uma forma coletiva. E é isso que fazemos em março, foi isso que trouxemos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mais intervenções? Sr. Dinis, se faz favor. -----

-----**O Deputado Manuel José Dinis:** A ser assim, quase todas as aldeias precisam, o Larinho também tem a festa tradicional que é sempre no primeiro domingo de fevereiro, que venera a padroeira do Larinho, Nossa Senhora da Purificação. E ao longo dos anos, desde que me conheço, é feita, mas também é preciso solicitar esse apoio, claro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mais alguma intervenção? Então, vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, autorizar a “transferência para a União de Freguesias de Adeganha Cardanha da importância de 500,00€.”** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 14 — ADESÃO AO PACTO AUTARCAS.

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, nem será bem uma adesão ao Pacto dos Autarcas; o Município de Torre de Moncorvo já está no Pacto dos Autarcas, tem a ver com a eficiência energética – aliás, temos candidaturas a decorrer com a eficiência energética. Aqui, a questão que verdadeiramente se passa é haver um prolongamento até 2030. O Pacto dos Autarcas terminaria em 2020, mas o que se quer reforçar é reduzir as emissões de CO2 no seu território em pelo menos quarenta por cento (40%) até 2030, e aumentar a sua resiliência. A ideia é o Município de Torre de Moncorvo, que já estava integrado, continuar com este Pacto dos Autarcas até 2030. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Quem quer intervir? Há alguma intervenção? Então, vamos passar à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na da alínea m) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, deliberou **por unanimidade, autorizar “a adesão do Município de Torre de Moncorvo à iniciativa Pacto Autarcas”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 15 — MOÇÃO – REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS – RARAE. -----

-----Não houve intervenções neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Bom, os que estavam cá no mandato anterior recordam-se certamente desta situação: o Governo da altura deu um prazo muito limitado para quem tinha corriças com gado ovino, bovino e também caprino, que tinha que ter uma série de condições para acolher os animais. Ou seja, o que estávamos a falar era de uma situação de licenciamento dessas atividades económicas. Na altura, e bem, quer o Executivo, quer a Assembleia Municipal, decidiram ser eles próprios a tratar do processo de licenciamento – ou seja, nas obras particulares, ficou um engenheiro e um técnico responsável só para que estas situações pudessem ser resolvidas, porque a Legislação não se conseguia cumprir. Só para terem uma ideia, aquilo saiu em outubro e terminava a 31 de março. Era impossível. -----
Depois, a situação era que nenhuma corte poderia estar num aglomerado urbano ou onde o PDM indicasse que podia ser de construção urbana. O que é que se fez? A Câmara, juntamente com o ADS e os produtores, vimos zona por zona de cada um dos produtores e iniciámos o processo de licenciamento. E o Concelho de Torre de Moncorvo ficou com tudo licenciado. -----

Dois problemas nesta nova versão – e por isso é que a Assembleia Municipal de Bragança pede para ir até ao final do ano de 2019: é que há dois grupos, o Grupo 1 e o Grupo 2. O Grupo 1 não é fiscalizado regularmente – é aquele que tem duas cabras, duas ovelhas, esse vai passando. Mas depois há o Grupo 2, que é tudo o que tiver mais de cem animais. Esses têm uma série de obrigações em termos de licenciamento, que é pior do que a construção de um hotel, e esses é que estão a levar muito mais tempo. Só para terem uma ideia, eu tenho que ter pedilúvio, rodilúvio, que é uma área antes de entrarem na exploração, onde têm de

h. dy
B. do

passar com as ???, se tiver que entrar carro tem que ter essa situação, tipo uma estação de tratamento para os pneus, e isto não é no prazo de dois meses que se consegue fazer. -----
Portanto, a Câmara trouxe aqui à Assembleia Municipal para apoiarmos o que também nos pode servir a nós, que é ver se o Governo aceita que estas situações possam ser prolongadas até 31 de dezembro de 2019. Não teremos muitos produtores nessas condições, mas temos alguns ainda. E portanto, temos é o pré-licenciamento, que da nossa parte está todo feito; agora falta a parte deles, para se adequarem à Lei. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Discussão? Ninguém quer intervir? Passamos, então, à votação.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, tomar conhecimento da “Moção – Regularização Extraordinária das Atividades Económicas - RARAE”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente da Câmara:** Sr. Presidente, eu ia propor-lhe o seguinte: como do Ponto n.º 16 ao 24 o Executivo não pode intervir, se nos desse essa liberdade de nos ausentarmos, porque vamos ter também uma reunião aqui ao lado (intervenção inaudível) não é intervenção nossa, é só intervenção dos Srs. Deputados. E não sei se o público quer intervir (intervenção inaudível). -----

Se me desse essa oportunidade, só dizer duas coisas simples, que é desejar-vos a todos, obviamente, e às vossas famílias, um feliz natal, e que 2018 seja a concretização de todos os anseios para quem representa as populações, para as famílias, e claro, principalmente são os desejos que o Executivo vos quer transmitir a todos. -----

E aproveitar para vos dizer também que hoje, às vinte e uma horas, haverá a Ópera Intermezzo, na Igreja Matriz de Torre de Moncorvo, que vos convidaria a todos a irem. Penso que ainda não houve nenhuma ópera em Torre de Moncorvo, é a primeira vez que vamos assistir, e portanto, será para todo o público que queira aderir a esta intervenção. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Já agora, agradecer, e também desejar umas boas festas e um bom ano a todos vós. -----

PONTO 16 — REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pinto Pavão (PS)**, **José Carlos Meneses (Coligação PSD/CDS)** e **António Júlio Andrade (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Na reunião de 21 de outubro, foi entregue o Regimento que ainda está em vigor. Entretanto, foram introduzidas algumas alterações, fundamentalmente em função da Lei n.º 75 e do Código do Procedimento Administrativo – que já não é recente, mas que ainda não estava, em alguns aspetos, vertido no Regimento. -----

Vamos entrar na discussão. Quem pretende intervir? -----

-----**O Deputado João Pinto Pavão:** Não tem a ver propriamente com o Regimento, seria uma proposta que nós iríamos apresentar no início, mas na reunião com os Líderes do PSD e do CDS... seria a proposta que, como foi referido pelos Srs. Presidentes de Junta inicialmente, estamos na era das novas tecnologias, e a proposta que fazíamos, e se calhar entraria na próxima Assembleia Municipal, seria que a Assembleia Municipal fosse transmitida em direto, ou no site do Município, ou nas redes sociais, ou em qualquer plataforma onde fosse possível, como forma de abrir a Assembleia Municipal ao público, e como vemos, não assiste muita gente à Assembleia Municipal, já é uma prática corrente, seria uma forma de também divulgar os nossos trabalhos que são aqui realizados. Não sei se os Líderes das Bancadas se querem pronunciar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** É assim, são aspetos técnicos que eu, pessoalmente... Faça favor. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Bom, o que está aqui em cima da mesa é este regulamento, e é sobre este regulamento que nós vamos passar à votação, correto? E conforme o deputado João Pavão indicou, irá efetuar uma proposta para ser discutida e votada na próxima Assembleia, em fevereiro, porque também tem que se ter em consideração quais são os custos, que tipo de meios técnicos são necessários para que essa proposta seja executada. Mas, contudo, nós também concordamos em analisar a proposta, e depois os serviços também que avaliar se há cabimento orçamental, e depois, mediante isso, iremos votar. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente ao Regimento, alguém mais quer intervir? Dizer-vos que em colaboração especialmente com a Dra. Lúcia, há aqui algumas pequenas

adaptações ao Regimento. Também tive curiosidade de ir ver atas anteriores, e há aqui dois ou três aspetos que acho que, às vezes, levantarão alguma dúvida. Uma delas é relativamente ao período de intervenção do público. Eu sei que numa das primeiras reuniões da anterior Assembleia Municipal levantou-se essa questão. O futuro art.º 21.º diz que as inscrições terão de ser feitas antecipadamente. Parece que se levantou essa dúvida, o que é “antecipadamente”. Eu não sei se não será melhor clarificar aqui o “antecipadamente”, que será, na minha perspetiva, até ao final do período da ordem do dia. Era só uma questão de corrigir aqui o “antecipadamente”, só clarificar o que é o “antecipadamente”. Parece que é tradição, pelo que depreendi naquela ata – a ata de novembro de 2013 – que considerava que a inscrição do público, quando se fala em “antecipadamente”, será até ao final do período da ordem do dia. -----

Relativamente àquela questão que no início se falou, da justificação das faltas, não sei se querem clarificar aqui alguma coisa. O futuro art.º 41.º fala precisamente da justificação das faltas, e diz que o período de justificação tem um prazo de cinco dias a contar da data da sessão. Evidentemente que acontece ou pode acontecer que haja deputados que saibam antecipadamente que vão faltar. Aí põe-se a questão do art.º 56.º, em que quem sabe que vai faltar poderá fazer-se substituir. Penso que não é necessário alterar aqui o Regimento; aqui o que devemos é definir uma regra: os colegas deputados que fossem faltar, ou que o soubessem antecipadamente, podiam, quando entregassem a justificação, dizer que pediam a substituição até trinta dias. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu penso o seguinte: nós não sabemos quando é que vai ser a reunião, só sabemos quando recebemos a convocatória. Portanto, depois de receber a convocatória, imediatamente podemos dizer: “Eu, nesse dia, não estou, e portanto, peço dispensa.” E se fizesse chegar o pedido à Câmara, no prazo de dois dias devem convocar o membro a seguir. Isso é o razoável. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mas, o que eu proponha é que quem antecipadamente sabe que vai faltar... certo, mas nesses casos, ao receber a convocatória, e sabem que naquele dia vão faltar, ao entregarem a justificação, pedem também em simultâneo a substituição. Resolvia aqui a situação. Ao enviarem para os serviços da Assembleia o pedido de justificação, simultaneamente pediam a substituição, porque também tem que haver um prazo. Ao entregar a justificação pede a substituição. Acho que isso seria o procedimento adequado. Eu estou a falar daqueles casos em que antecipadamente se sabe. É evidente, por exemplo, alguém que hoje vinha para a Assembleia e teve um furo, ou ficou doente, aí será o que se aplica aqui no ponto 4. Eu estou a falar naqueles casos, por exemplo – como será o caso da colega Maria de

Lurdes – pode ter uma consulta marcada para esse dia, ou ter qualquer coisa para fazer. Nesse caso, como já se sabe, pede a substituição. Não estamos a falar do que diz aqui, que são aqueles que no próprio dia não puderam estar, em cima da hora e em tempo útil para avisar o deputado que está a seguir que não pode estar presente. O tempo útil será vinte e quatro horas após receber a convocatória. Mas, é isso que eu estou a falar. Eu estava aqui a propor uma pequena alteração ao art.º 21.º, que é em vez de estar “antecipadamente”, dizer “até ao final do período da ordem do dia”, e acrescentar aqui, no art.º 56.º, ou no 41.º (é uma questão de ver) que o deputado municipal que sabe que vai faltar, quando receber a convocatória, terá vinte e quatro horas para solicitar a sua substituição. -----
Mais alguma anotação, observação, alteração? Então, passamos à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por unanimidade, aprovar o “Regimento da Assembleia Municipal”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 17 — ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA COMO DELEGADO AO CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ARTIGO 6.º DO RANMP). -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **João Augusto Leal Leonardo** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Lista A, quem é? -----

-----**O Deputado João Augusto Leal Leonardo:** Sr. Presidente da Mesa, nós vamos apresentar, se puder ser, a Lista A, para propor, no Ponto n.º 17, para um delegado do RANMP, à Assembleia Municipal, e apresenta o Presidente da Junta, José Carlos Sá Meneses.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Lista A. Lista B? Então, a Lista A: efetivo – José Meneses; suplente – Francisco Braz. Lista B: efetivo – António Júlio Sá Andrade; suplente – Luís Marcelino Lopes. Façam, então, o favor de votar. Têm duas listas: Lista A e Lista B. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos do artigo 6.º, do Regulamento do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, deliberou **por maioria**, com 19 votos, **aprovar a eleição do deputado “José Carlos de Sá Meneses” como Delegado ao Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, e do suplente “Francisco António Roque Braz”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 18 — ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 5.º DO DECRETO-LEI N.º 7/2003, DE 15.01). -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **João Augusto Leal Leonardo** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Temos que eleger um Presidente de Junta em representação das freguesias do concelho no Conselho Municipal de Educação. Lista A, quem apresenta? -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Sr. Presidente, em nome da coligação CDS-PP/PSD, propomos Luísa Maria Pinto Ferreira. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Portanto, Lista A – Luísa Ferreira; Lista B – Amélia Cabeleira. Já toda a gente entregou o voto? Vamos, então, proceder à contagem. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, na redação da Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, deliberou **por maioria**, com 19 votos, **aprovar a eleição da deputada “Luísa Maria Pinto Ferreira” como representante dos Presidentes de Junta ao Conselho Municipal de Educação**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 19 — ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DA FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL (ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ARTIGO 157.º DO DECRETO-LEI N.º 202/2004, DE 18.08). -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **João Augusto Leal Leonardo** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Deputado João Leonardo:** Para a Lista A vamos apresentar Adriano Luís Mendes Martins. -----

-----**O Presidente de Mesa:** E a Lista B, António Júlio Sá Andrade. Portanto, Lista A – Adriano Martins; Lista B – António Júlio Sá Andrade. Façam o favor de votar. É o Conselho Cinegético Municipal. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º, do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de agosto, deliberou **por maioria**, com 18 votos, **aprovar a eleição do deputado “Adriano Luís Mendes Martins” para integrar o Conselho Cinegético Municipal.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 20 — ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Augusto Leal Leonardo** (Coligação PSD/CDS) e **João Pinto Pavão** (PS).-----

-----**O Deputado João Leonardo:** Nós, pela Lista A, apresentamos Francisco António Roque Braz. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Lista B? -----

-----**O Deputado João Pinto Pavão:** Apresentamos António Júlio Sá Andrade. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Temos a Lista A – Francisco Braz; Lista B – António Júlio Sá Andrade. Façam favor de votar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º-D, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, deliberou **por maioria**, com 19 votos, **aprovar a eleição do deputado “Francisco António Roque Braz” para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios**”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 21 — ELEIÇÃO DE DOIS REPRESENTANTES PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO DOURO (ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ARTIGO 83.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12.09). -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **António Júlio Andrade** (PS), **Manuel José Dinis** (Coligação PSD/CDS), **Fausto Edmundo Tiago** (PS), **João Augusto Leal Leonardo** (Coligação PSD/CDS), **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS) e **João Pinto Pavão** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** (Intervenção inaudível)... devem estar as forças com representação nesta Assembleia. Não é “quero, posso e mando”; é assegurar os direitos das minorias. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não, desculpe, é assim: aqui, a única coisa que devo seguir é a Lei n.º 75/2013. Os acordos que eventualmente possam haver – que eu desconheço, digo-lhe já – remete-me para o art.º 83.º da Lei n.º 75/2013, que diz que os Municípios com determinada dimensão elegem X representantes, e aplica-se o método Hondt. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Exatamente, como estamos com três Grupos Parlamentares nesta Assembleia, eu penso que a aplicação do método Hondt é a que deve ser seguida. Portanto, há um primeiro grupo, há um segundo, há um terceiro. “Posso, quero e mando”, não é? -----

-----**O Deputado Manuel José Dinis:** Sr. Presidente, se me permite, nós apresentamos os nomes, são votados, e depois também a parte administrativa da CIMDouro que vai ratificar. Se vir que há alguma incongruência, vai informar a Assembleia Municipal ou a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Se fosse “quero, posso e mando” nem havia eleições. Aqui há um processo eleitoral. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Há três Grupos Parlamentares, a representação deve ser dada aos três. -----

-----**O Deputado Fausto Edmundo Tiago:** Relativamente a este ponto, sempre houve acordo entre os Grupos Parlamentares. Enquanto eu estive nesta Assembleia – e o PS tinha sempre a maioria – os eleitos eram sempre do PS e do PSD. Imaginemos que eram três: eram dois / um; imaginemos que eram dois: era um / um; imaginemos que eram quatro: seria, por exemplo, três / um. Mas, sempre o PSD teve representação. Eu lembro-me dos últimos que representaram o PSD na CIMDouro, houve sempre representação de todas as forças políticas. Agora, é o que o António Júlio diz, é o “quero, posso e mando”. Vocês façam como quiserem, mas que, de facto, nas Assembleias anteriores – e o Sr. Dinis sabe perfeitamente – havia representação do PS e do PSD. E o PS, se adotasse a política do “quero, posso e mando”, vocês não tinham lá representante nenhum. O PS tinha a maioria na Assembleia Municipal. -----
Sr. Dinis, o senhor acabou de me ofender, e sabe que isso é mentira, porque eu, há oito anos, não fui pau mandado de ninguém. O Sr. Dinis deve pedir desculpa, porque o senhor insultou-me. Agora, eu só estou a expor aquilo que tradicionalmente acontecia. Nas Assembleias anteriores, em que o PS teve maioria absoluta, houve sempre, para a CIMDouro, representantes eleitos do PS e do PSD, em acordo. Era isso que acontecia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Se não há acordo, há uma votação. Aqui eu tenho que me cingir só à votação. Lista A, quem propõe? -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Sr. Presidente, nós vamos apresentar, na Lista A, Luís Miranda Rei e João Augusto Leal Leonardo, e como suplentes, Luís João Fernandes Dias e Lucinda João Afonso Carpinteiro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Lista B? Portanto, são duas listas: Lista A – Luís Miranda Rei, João Leonardo, Luís Dias e Lucinda João (estes últimos dois como suplentes); Lista B –

António Júlio Andrade, Eduardo Carvalho. Isto é a eleição de acordo com o método Hondt. Façam o favor de votar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do artigo 83.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**, com 18 votos, **aprovar a eleição dos deputados “Luís Miranda Rei e João Augusto Leal Leonardo” e do suplente “António Júlio Andrade” para integrarem a Assembleia Intermunicipal do Douro**”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, eu aconselho a que leia os acordos de criação da CIM, o regulamento da CIM. Nós aderimos à CIM, e certas cláusulas, na representatividade, acho que ficam postas em causa. Mas, é o “quero, posso e mando”. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não é “quero, posso e mando”. Eu posso dizer que, por exemplo, na eleição de novembro de 2013 não foi isso que se passou. Posso dizer-lhe que na eleição – eu por acaso tive curiosidade de ir ver a ata da altura – houve duas listas. E aplicando o método Hondt, foram eleitos – havia os deputados, que não interessa quais são, mas posso dizer-lhe que, na altura, foram candidatos da Lista A, João Augusto Leal Leonardo, Luís João Fernandes Dias e Maria Cecília Saraiva Pinto; da Lista B, António Júlio Andrade, António Alves Salema e António Manuel Lopes. Seguiu-se a votação. Não há aqui acordo nenhum, há aqui uma votação, e em função desta votação, primeiro efetivo da Lista A, João Augusto Leal Leonardo, segundo, António Júlio Andrade, terceiro, Luís João Fernandes Dias. Portanto, é assim, foi o que foi feito há quatro anos, e é o que é feito agora. Se há acordos, ninguém me fez chegar isso. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Posso só fazer uma pequena intervenção? É rápido. Sr. Deputado Fausto, isto não é o “quero, posso e mando”, você tem que se recordar das coisas. Quando você estava aqui era precisamente igual: o Grupo Parlamentar do PS apresentava uma lista, o Grupo Parlamentar do PSD apresentava outra lista, ia a votação, e por acaso tínhamos número de votantes suficiente para entrar, porque senão também não entrávamos. Não é “quero, posso e mando”. É democracia, é só para esclarecer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Desculpem lá, mas assim começa a descambar a situação. Aqui há uma eleição, e a eleição respeitou as regras, mais nada. -----

-----**O Deputado João Pinto Pavão:** Sr. Presidente, é só um esclarecimento: nós vimos 2013, mas em 2013 havia aqui uma equidade, ou quase, no número de deputados de cada lado. O correto é vermos 2009, em que havia maioria do PS, e em 2009, houve lista única nessa Assembleia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sim, mas em 2013 não houve. Agora também não houve consenso. Estiveram ali reunidos, pelos vistos não houve consenso, há duas listas. Vamos passar à frente, desculpem lá. A nós, enquanto Mesa, não nos interessa essas situações; nós estamos aqui para tentar cumprir e fazer cumprir, dentro dos possíveis, os aspetos legais. O que diz a Lei é que há aqui listas, e eleição por método Hondt. Se não houve entendimento, a culpa não é nossa. Os líderes estiveram ali reunidos. Por amor de Deus. Portanto, aplicou-se o método Hondt a esta situação, tal como se aplicou há quatro anos. -----

PONTO 22 — ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: QUATRO REPRESENTANTES DOS GRUPOS DAS FREGUESIAS E SETE CIDADÃOS DE RECONHECIDA IDONEIDADE. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Augusto Leal Leonardo** (Coligação PSD/CDS) e **João Pinto Pavão** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Lista A? -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Sr. Presidente, não sei se esta votação vai ser por lista, ou nominal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Lista. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Só de referir, porque como já referiu o deputado Fausto, como estamos a votar em nomes de pessoas, é só para chegarmos a entendimento de que vamos fazer por lista. Nós, como representantes das Juntas, vamos apresentar Adriano Luís Mendes Martins, Francisco António Roque Braz, Mário Diogo Pinheiro Miranda, Pedro Manuel Ferreira Pereira; e cidadãos: Pedro Miguel Pinto Carrasqueira, Manuel Carlos Prado, Maria

Helena Pereira de Sousa Bernardino, Afonso de Freitas de Calheiros e Meneses, José Manuel Moreiras, Válder José Cordeiro Andrade e António Manuel Martins.-----

-----**O Deputado João Pinto Pavão:** Para a Lista B apresenta-se: António Júlio Sá Andrade, Amélia Cabeleira e Luís Marcelino Lopes como Presidentes de Junta; e como cidadãos de reconhecida idoneidade, apresentamos só dois: Rui Ferraz e Adriano Reis. -----

-----**O Presidente de Mesa:** São duas eleições: vamos eleger os das Juntas de Freguesia e eleger os cidadãos. São quatro membros das Juntas de Freguesia e são sete cidadãos. Vamos fazer duas eleições: será primeiro as Juntas de Freguesia, quatro membros, e depois os cidadãos, que são sete membros. Os primeiros quatro têm de ser Presidentes de Junta, têm que ser quatro Presidentes de Junta. Não, são eleições distintas: elegemos primeiro quatro representantes de Juntas, e depois os sete cidadãos. São duas eleições distintas. Na Lista B, vocês têm três nomes, têm que acrescentar mais um. Mas, não cumpre todos os requisitos. Desculpem, quando reunir o Conselho Municipal de Segurança, não podem ir só três representantes da Assembleia Municipal. Retiram? Então, só há Lista A. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dezanove (19) votos na Lista A, seis (6) brancos, e um (1) nulo. Portanto, foi eleita a Lista A, com os Presidentes de Junta de Freguesia: Adriano Martins, Francisco Braz, Mário Miranda, Pedro Pereira; os sete cidadãos: Pedro Carrasqueira, Manuel Prado, Maria Helena Bernardino, Afonso Meneses, José Moreiras, Válder Andrade e António Manuel Martins. -----

-----**O Deputado João Pinto Pavão:** Houve aqui uma falha de comunicação: nós prescindimos de apresentar de Presidentes de Junta, mas queremos apresentar dos cidadãos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Peço desculpa. Portanto, para as Juntas de Freguesia, está. O lapso é meu, peço desculpa por isso. Vamos eleger os sete cidadãos. A Lista A apresenta os sete cidadãos: Pedro Carrasqueira, Manuel Prado, Maria Helena Bernardino, Afonso Meneses, José Moreiras, Válder Andrade e António Martins. A Lista B, quem apresenta? -----

-----**O Deputado João Pinto Pavão:** Apresentamos o cidadão Rui Ferraz, Adriano Reis, Luís Miguel Lopes, Duarte Reis, João Pavão, Fausto Tiago e Eduardo Carvalho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, vamos votar. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 5.º, da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, deliberou **por maioria**, com 19 votos, **aprovar a eleição dos deputados**:-----

-----1. *Adriano Luís Mendes Martins*;-----

-----2. *Francisco António Roque Braz*;-----

-----3. *Mário Diogo Pinheiro Miranda*;-----

-----4. *Pedro Manuel Ferreira Pereira*;-----

Como representantes dos grupos de Freguesias, e:-----

-----5. *Pedro Miguel Pinto Carrasqueira*;-----

-----6. *Manuel Carlos Prado*;-----

-----7. *Maria Helena Pereira de Sousa Bernardino*;-----

-----8. *Afonso de Freitas de Calheiros e Meneses*;-----

-----9. *José Manuel Moreiras*;-----

-----10. *Válter José Cordeiro Andrade*;-----

-----11. *António Manuel Martins*.-----

como cidadãos de reconhecida idoneidade, para integrar o Conselho Municipal de Segurança. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 23 — ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DE CADA PARTIDO REPRESENTADO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE (ARTIGO 4.º DA LEI N.º 8/2009, DE 18.2. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **João Augusto Leal Leonardo** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Listas? Lista A. É só uma lista. -----

-----**O Deputado João Leonardo:** Sr. Presidente, os membros a eleger: pelo CDS-PP, Luís João Fernandes Dias; pelo PSD, José Carlos Sá Meneses; pelo PS, João Miguel Pavão. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Portanto, é lista única, Lista A: Luís Dias, José Meneses e João Pavão, votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos do artigo 4.º, da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, deliberou **por maioria**, com 25 votos, aprovar a eleição dos deputados:-----

----- "**José Carlos de Sá Meneses**" - Pelo PPD/PSD;-----

----- "**Luís João Fernandes Dias**" - Pelo CDS/PP;-----

----- "**João Miguel Pinto Pavão**" - Pelo Partido Socialista.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 24 — ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE (ACES) (ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 31.º DO DECRETO-LEI N.º 28/2008, DE 22.02). -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto os deputados **João Augusto Leal Leonardo** (Coligação PSD/CDS) e **João Pinto Pavão** (PS).-----

-----**O Deputado João Leonardo:** Sr. Presidente, na Lista A vamos apresentar **Lucinda João Afonso Carpinteiro**. -----

-----**O Deputado João Pinto Pavão:** Sr. Presidente, na Lista B apresentamos **Solange Reis**. --

-----**O Presidente de Mesa:** Façam o favor de votar, então. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º, do Decreto- Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, **deliberou por maioria**, com 23 votos, **aprovar a eleição da deputada "Lucinda João Afonso Carpinteiro" para integrar o Agrupamento de Centros de Saúde (ACES)**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Não houve intervenções.-----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.**-----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 12h00m deu por encerrada a sessão.-----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luis Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Lucinda Carpinteiro)

